

CLAUDIA MARIA RINHEL SILVA

FAMÍLIA, ADOLESCÊNCIA E OS ESTILOS PARENTAIS

**ASSIS
2009**

CLAUDIA MARIA RINHEL SILVA

FAMÍLIA, ADOLESCÊNCIA E OS ESTILOS PARENTAIS

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis-UNESP-Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre em Psicologia. (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Dra. Elizabeth Piemonte Constantino.

**ASSIS
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

S586f Silva, Cláudia Maria Rinhel
Família, adolescência e os estilos parentais / Cláudia Maria
Rinhel Silva. Assis, 2009
121f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Elizabeth Piemonte Constantino

1. Adolescente. 2. Pais e adolescentes. 3. Assis – Política
social. 4. Relações familiares. I. Título.

CDD 155.5
301.42

Os filhos aprendem o que vivem: se os filhos vivem com críticas aprenderão a condenar. Se os filhos vivem com hostilidade, aprenderão a brigar. Se os filhos vivem com piedade, aprenderão a sentir pena de si mesmos. Se os filhos vivem com ciúmes, aprenderão o que é a inveja. Se os filhos vivem com vergonha, aprenderão a sentir-se culpados. [...]. Se os filhos vivem com elogios, aprenderão a apreciar. Se os filhos vivem com reconhecimento, aprenderão a ter objetivos. Se os filhos vivem com a honestidade e a imparcialidade aprenderão o que é a verdade e a justiça. [...]. Com quem estão a viver os seus filhos?

(Doroty L. Nolte, 1998, p. 77).

Dedico este trabalho a Deus por me iluminar e
abençoar os meus caminhos e também à minha
família ...

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Elizabeth Piemonte Constantino pelo compromisso e dedicação, por abrir horizontes, contrapor idéias e me guiar por caminhos repletos de possibilidades na construção do conhecimento.

À Prof^a. Dr^a Carina Alexandra Marretto pela elaboração das análises estatísticas, pelo empenho, dedicação e paciência.

Aos Professores integrantes da Banca Examinadora pelas valiosas contribuições: ao Prof. Dr. Francisco Hashimoto, que sempre me motivou a ingressar na vida acadêmica; ao Prof. Dr. Marco Antônio Pereira Teixeira, pela presteza, colaboração e ajuda inestimável na elaboração deste trabalho.

À Professora e amiga Dr^a. Heloísa Maria Heradão Rogone, pelas contribuições, pelo estímulo constante e pela sua generosidade.

Aos professores Luciana, Marcelo, Regina e Valquíria pelo empenho e dedicação na organização dos documentos da pesquisa.

Aos adolescentes do Programa Adolescer, minha gratidão pela participação neste trabalho.

À estagiária de Psicologia Ana Maria, meu reconhecimento pela sua gentileza e disponibilidade.

Aos meus pais, meus grandes incentivadores, pelo esforço para me educar e transmitir os valores da dignidade humana.

Aos meus irmãos César e Ricardo, pelo exemplo de dedicação e perseverança, por me motivarem sempre a buscar novos desafios.

Ao meu marido Arnaldo, pelo ser humano que é, pelo apoio e compreensão recebidos nos vários momentos da minha vida e na realização desta dissertação.

Aos meus filhos Aaron e Aalec, que me ensinam dia-a-dia o que é amar.

Às minhas amigas Cíntia e Rose, agradeço pelos momentos de partilha de ideais, por ouvirem e darem sempre uma palavra amiga e incentivadora.

À todos que, de alguma forma, contribuíram para esta pesquisa, os meus sinceros agradecimentos.

SILVA, Claudia Maria Rinhel. **“Família, Adolescência e os Estilos Parentais”**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009.

RESUMO

Nos programas sociais para adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social no município de Assis, especificamente em orientação de pais, várias questões envolvendo as relações familiares têm surgido como resultado do enfraquecimento da autoridade dos pais. Parece estar havendo uma transformação de valores, na qual os pais ocupam o lugar dos filhos e vice-versa, o que pode causar um descontrole das ações familiares. Para entendimento dessas relações entre pais e filhos, ou seja, como os pais estão se comportando em relação aos filhos, estudos sobre os estilos parentais vêm sendo feitos nos últimos anos. Nesta perspectiva, propôs-se como objetivo principal da presente pesquisa identificar os estilos parentais característicos das famílias selecionadas para estudo, a partir da ótica dos adolescentes. Para tanto, trabalhou-se com 62 adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, gênero masculino e feminino e suas respectivas famílias. Os instrumentos de pesquisa utilizados constaram de uma escala de exigência e responsividade [Teixeira, M.A.P., Bardagi, M.P. e Gomes, W.B. (2004)] que foi aplicada de forma coletiva nos adolescentes e ainda da análise de documentos constantes nos prontuários dessas famílias, a fim de caracterizá-las. Os resultados principais indicaram que as famílias são geralmente numerosas com estruturas diversas e os adolescentes perceberam seus pais como mais autoritativos do que negligentes.

Palavras-chave: Adolescentes. Estilos parentais. Contexto familiar.

SILVA, Claudia Maria Rinhel. **“Family, Adolescence and Parental Styles”**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009.

ABSTRACT

Concerning the social programs for adolescents in situation of high social vulnerability in the Assis city, specifically under parent's orientation, several matters involving family relationship have come up as the result of the weakness of parental authority. A transformation of values seems to happen currently, in which parents occupy their children's placement and vice-versa, what can cause a misleading on parent's attitudes. For the agreement of the relationship between parents and children, that is, how the parents are behaving towards their children, new researches on parental styles have been achieved recently. From this perspective and the adolescents' view, to identify the particular parental styles of the selected families for study is proposed since then, as the main goal of the current research. For this reason, 62 adolescents between 12 and 17 years old and their respective families, both male and female, were focused on. The research tools used on such study held a scale of demandingness and responsiveness [(TEIXEIRA, M.A.P., BARDAGI, M.P. E GOMES, W.B. (2004)] that was applied in a comprehensive way on adolescents and analysis of documents belonging to such families' file in order to characterize them. The main results showed that the families are normally large with several structures and the adolescents noticed their parents more authoritative than negligent.

Key words: Adolescents. Parental styles. Familiar context.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Porcentagem dos estilos parentais para mães, pais e dos dois combinados	77
-----------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Série Escolar	68
Tabela 2-	Compatibilidade entre idade e série escolar	68
Tabela 3-	Configuração familiar e pessoas economicamente ativas segundo o sexo do adolescente	70
Tabela 4-	Distribuição do número de pessoas que moram na residência e do número de pessoas que trabalham, segundo o sexo do adolescente.....	71
Tabela 5-	Medidas de centralidade e variabilidade para as escalas de exigência e responsividade	72
Tabela 6-	Estilos parentais para mães, pais e dos dois combinados segundo o sexo do adolescente	76

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO I - CONSTRUINDO A QUESTÃO DE PESQUISA	17
CAPÍTULO II - RELAÇÕES FAMILIARES E ADOLESCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	24
2.1 História e função da família	25
2.2 Configuração familiar na contemporaneidade	30
2.3 Transformações na família: qual a responsabilidade dos adultos?	33
2.4 Adolescência e família no contemporâneo	37
CAPÍTULO III - ESTILOS PARENTAIS E LIMITES	44
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	59
4.1 População Alvo	60
4.1.1 Caracterização do Programa Adolescer	61
4.2 Instrumentos	63
4.3 Procedimentos	64
CAPÍTULO V – RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	90
ANEXO A- MAPA DE VULNERABILIDADE	91
ANEXO B- POLÍTICAS PÚBLICAS	92
ANEXO C- ESCALA DE EXIGÊNCIA E RESPONSABILIDADE	96
ANEXO D- CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	97
ANEXO E – ANÁLISES ESTATÍSTICAS SPSS 15.0	98
ANEXO F- PARECER - COMITÊ DE ÉTICA	121

APRESENTAÇÃO

Nos atendimentos visando orientação psicológica familiar, realizados nos Programas Sociais de crianças e adolescentes no âmbito municipal e nos encaminhamentos conduzidos pelas Secretarias Municipais da Educação (escolas), Saúde e Conselho Tutelar, várias questões que envolvem as relações familiares têm surgido, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de regras e à colocação de limites por parte dos pais. Neste sentido, tem-se observado um amedrontamento dos pais frente à ação dos filhos que se mostram enfraquecidos e temerosos de coerção por parte do Conselho Tutelar e Promotoria Pública.

Os encaminhamentos recebidos pelos Programas Sociais para inclusão de crianças e adolescentes apresentam, na sua maioria, queixas de comportamentos relacionados à desobediência de regras e limites, tanto no âmbito familiar como no escolar, com maior relevância ou incidência, para os adolescentes do sexo masculino. A escola relata, em alguns de seus encaminhamentos, que os adolescentes estão apresentando comportamentos arredios e desobediência em sala de aula e que orientações aos pais não surtem efeito. Alguns pais, por sua vez, verbalizam que já fizeram “de tudo” para que o filho melhorasse na escola e em casa. Como dizem: “[...] a gente tem que trabalhar e não temos tempo pra ficar falando sempre a mesma coisa” (sic).

Assim sendo, faz parecer que nem a escola e nem a família conseguem desempenhar seus papéis de educadores, o que causa questionamentos e instiga este estudo de como as famílias estão enfrentando esta problemática, principalmente em relação aos adolescentes (objeto desse estudo) pertencentes a famílias consideradas de alta vulnerabilidade social, conforme mapa (Anexo A) do IPVS (SÃO PAULO, 2000) (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), e vinculadas ao Programa Adolescer¹ (Anexo B).

Diante das dificuldades relatadas pelos pais quanto à forma de lidar com o comportamento dos filhos e ainda o receio dos mesmos ante os Órgãos de Proteção às

¹ Programa vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, no qual atuo como Psicóloga, que faz parte das Políticas Públicas preconizadas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conta com ações preventivas na área da adolescência, que tem como objetivo oferecer ações complementares à escola, de apoio psicossocial e sócio-familiar a adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses, prioritariamente àqueles em situação de risco pessoal e social. As ações desenvolvidas possuem conteúdo programático diversificado e específico de atendimento aos jovens e famílias, com enfoque sócio-educativo centrado na educação, qualificação profissional e no esporte, visando a valorização da escola e o favorecimento da integração entre indivíduo, família e comunidade. Encontra-se no Anexo B maiores detalhes a respeito das Políticas Públicas.

Crianças e Adolescentes, foi realizada uma reunião com esses pais e a equipe técnica dos Programas, visando traçar metas norteadoras das ações a serem implementadas.

Os objetivos dessa reunião foram: discutir as relações familiares, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as ações do Conselho Tutelar e Promotoria Pública, considerando essas, como as principais questões a serem tratadas.

Previamente, para nortear a discussão, foi realizada uma enquete sobre quem conhecia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Constatou-se que, dos 65 pais de adolescentes presentes, 72% não tinham nenhuma informação a respeito do ECA, 17% já tinham ouvido falar e apenas 11% disseram ter conhecimento da lei.

Avaliando esses dados, juntamente com as queixas dos pais, no que se refere às dificuldades relatadas, iniciou-se uma discussão sobre a real função e atuação do Conselho Tutelar e Promotoria Pública.

Os pais relataram a necessidade de obter informações sobre o funcionamento desses Órgãos, justificando que quando tentam pedir ou mandar os filhos realizarem alguma tarefa doméstica (lavar louça, arrumar o quarto, ajudar em casa, etc.) ou mesmo estabelecer limites (horários, proibições, deveres escolares, etc.), estes ameaçam chamar o Conselho Tutelar e acusá-los de exploração do trabalho infantil e “abuso de autoridade”. Ainda disseram: “Já não sabemos mais como agir. Parece que tudo que aprendemos com nossos pais, não pode mais” (sic), atribuindo um poder ameaçador ao Conselho Tutelar e Promotoria Pública.

Os pais, de modo geral, manifestaram indignação em relação à maneira que os adolescentes os estão desafiando, não obedecendo ao que eles determinam como regras, tais como ir para a escola, fazer as tarefas escolares, ajudar nos afazeres domésticos, respeitá-los, dizer aonde vão e em qual o horário voltam, entre outras.

Ressaltaram que a educação deles (dos pais) foi muito diferente, pois só de olhar já estavam obedecendo a seus pais e que hoje: “Pode falar, gritar, e até ameaçar de bater que eles fingem nem ouvir. É um desrespeito” (sic). Alguns pais ainda se manifestaram dizendo: “É de pequeno que se torce o cipó e se isso não foi feito, agora na adolescência vai ficar mais difícil” (sic).

Foi esclarecida a importância dos pais em resgatar a confiança e a segurança de educar seus filhos, pois eles são as referências de conduta para os mesmos. Sendo assim, se

eles estão se sentindo perdidos, sem saber como agir, aumenta a dificuldade dos filhos em estabelecer o referencial do que é certo ou errado.

Diante desses relatos, iniciou-se um ciclo de palestras informativas a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, da função e atuação dos Conselheiros Tutelares e do estabelecimento de direitos e deveres no contexto familiar.

A convivência com esses contínuos questionamentos e as dificuldades relatadas pelos pais para lidar com a educação de seus filhos, motivaram a escolha da questão de pesquisa do presente trabalho. Assim, o objetivo geral deste estudo foi o de identificar os estilos parentais, nas dimensões de exigência e responsividade, no contexto familiar do adolescente.

Acredita-se que a partir da compreensão de como os adolescentes percebem o comportamento dos pais quanto aos estilos parentais, poder-se-á contribuir para o planejamento de programas de orientação de pais, a exemplo do que vem sendo desenvolvido por pesquisadores do assunto (WEBER et al, 2002, 2003, 2004, 2005).

Desta forma, aborda-se no capítulo I a questão do papel dos pais, ou melhor, dos adultos na educação dos filhos, de acordo com as idéias de alguns autores como Calligaris, Elkind, entre outros. Dispõe-se a refletir sobre os acontecimentos do cotidiano, juntamente com o referencial destes autores, que discutem a inversão de papéis entre pais e filhos nos quais consideram que está ocorrendo uma adultização das crianças e uma infantilização dos adultos, e ainda, discorre-se sobre a função da família ao longo da história.

No segundo capítulo propõe-se a análise das configurações familiares e da adolescência na contemporaneidade. Parte-se da construção do conceito de modelo familiar constituído historicamente, na visão do autor Ariès (1981). Esse autor desenvolve a idéia de que tanto o sentimento de família bem como o sentimento de infância nem sempre foram da mesma forma como os consideramos hoje. O texto desta dissertação perpassa por questões históricas e pelas idéias contemporâneas dos autores Postman, La Taille e Elkind, mencionando como as relações familiares vêm se constituindo nos dias de hoje, no contexto do adolescente. Aborda também as configurações familiares no momento atual diante das problemáticas entre pais e filhos.

No terceiro capítulo discutem-se os estilos parentais com enfoque nas relações familiares. Salienta-se, a importância da identificação dos papéis para que a criança possa construir o seu referencial de condutas e valores para a formação de sua personalidade. Para

que essa formação se constitua, é ressaltada a importância das relações familiares, principalmente a maneira como os pais se comportam na educação dos filhos. Podem-se citar, ainda, a intrínseca relação de limites com os estudos dos estilos parentais, (autoritativo, autoritário, negligente e indulgente) conforme pesquisas realizadas por Weber e seus colaboradores e também a discussão da relação pais-filhos.

No quarto capítulo apresentam-se a metodologia de pesquisa, a população alvo, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos utilizados.

Os resultados e a discussão encontram-se no quinto capítulo, no qual se descrevem a análise estatística dos dados da escala de exigência e responsividade e das informações obtidas mediante análise documental.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais foram levantados os aspectos principais da presente pesquisa e formuladas as sugestões e propostas de intervenção, no sentido de contribuir para a solução de problemas que poderão surgir nesta área de investigação.

CAPÍTULO I
CONSTRUINDO A QUESTÃO DE PESQUISA

Há sete anos, vem sendo realizada a prática de orientação de pais em Programas Sociais de crianças e adolescentes no âmbito municipal. Foi observado um amedrontamento dos pais frente à ação dos filhos. Pais que se mostram enfraquecidos na conduta e colocação de limites. Quando em atendimento desses pais, aos quais se esclarece o papel de cada um, os mesmos ficam surpresos e inseguros em como agir, pois os filhos parecem ter um saber ameaçador. É realizada uma atuação mais direta em relação à família dos atendidos pelos programas, com orientações mais freqüentes, palestras esclarecedoras e grupos de discussões relacionados ao cotidiano.

Há um desconhecimento em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por parte dos pais, possibilitando que as crianças e adolescentes usem do “saber”, ou melhor, das informações em relação aos direitos e deveres de maneira equivocada, fazendo valer o que os mesmos entendem por certo e os pais, que desconhecem estas informações, sentem-se desautorizados e inseguros em estabelecer tais condutas de responsabilidade que lhes competem e dizem: “Eu não sei mais se a maneira que eu fui educada é correta para impor ao meu filho” (sic).

Para Calligaris (1992) e também Elkind (2004), pode estar ocorrendo uma inversão de valores ou de papéis, na qual os pais estão ocupando o lugar dos filhos e vice-versa, causando um descontrole das ações nas famílias e conseqüentemente nas escolas. Pode-se dizer também, dentro deste contexto, que está ocorrendo uma adultização das crianças e uma infantilização dos adultos.

Considerando estes aspectos citados, concomitante às mudanças relacionadas aos fatores históricos, pode-se inferir que certos princípios ficam questionáveis e o sentido que se atribui às ações se relativiza, gerando incertezas sobre os valores que devem ser construídos no contexto familiar. Percebe-se, pois, certa indefinição sobre o que é ou não permitido, sobre o que é ou não aceito.

Nesse contexto, o que vem se presenciando nos dias de hoje são meninas vestidas como pequenas adultas, dificuldades nas relações pais e filhos, crimes hediondos cujos autores principais são crianças e adolescentes, a banalização - cada vez mais precoce - do sexo, além de exemplos cada vez mais notórios de como nossa população infantil e adolescente vem se apresentando, fatos estes suficientes para justificar uma análise crítica do

contexto em que vivemos e levantar, a partir desta análise, propostas que visem transformações.

Considera-se que a família tem uma responsabilidade muito grande nessas transformações, pois ela constitui o primeiro universo das relações sociais da criança, na qual seus membros vão experimentar a flexibilidade das fronteiras entre o público e o privado e iniciar o desenvolvimento de suas potencialidades com o propósito da convivência em sociedade e da busca de sua realização pessoal.

A função da família mudou muito ao longo dos tempos em razão do contexto social. A sociedade transformou-se drasticamente de nação agrícola para industrializada, agora em evolução para uma cultura de alta velocidade, eletrônica e computadorizada. Sendo assim, requer novas atitudes em relação a valores no que se refere à criação dos filhos, conforme pontua Ellis (1997).

Na sociedade agrícola, tinham-se filhos para obter mão-de-obra barata a fim de trabalhar a terra e cuidar dos pais na velhice. Os filhos herdavam a terra e tinham o dever de manter e expandir os ativos das famílias.

Houve várias transformações com a crescente industrialização e a necessidade de trabalhadores nas fábricas inglesas. As famílias migraram para as cidades para que pudessem trabalhar nas fábricas e moinhos, liberando os filhos do trabalho. Em função desta exigência profissional nas cidades, as famílias passaram a preocupar-se mais com a educação dos filhos e cada nação passou a entender a infância segundo sua cultura, conforme menciona Postman (2000).

A partir da reformulação da visão sobre a infância, a família passou a ter grande preocupação em relação à educação dos filhos e a respeitá-los. Esta influência adveio de alguns estudiosos da época como: Freud, Dewey e Spock que, através de suas concepções, deixaram implícito que as condutas dos pais poderiam deixar seus filhos marcados emocionalmente por toda a vida. Sendo assim, segundo Zagury (2000), o relacionamento entre pais e filhos ganhou mais autenticidade e menos autoritarismo, fato concretizado por meio destas influências, relacionadas aos estudos mencionados, que ela chama de psicologismo. É claro que se fazem distinções em relação à disciplina ou educação aplicada antigamente onde a autoridade era imposta a qualquer custo, como salienta Frota (2007, p. 8):

A disciplina, até então exercida de forma violenta e agressiva, vai sendo abolida e substituída por técnicas que denotam atitudes mais respeitadas. Assim, a prática de surras, castigos severos, humilhações, o uso de palmatória, dentre outras esta fora de uso (...).

Porém, parece que os pais não conseguiram equilibrar amor e limites e, apreensivos com a preocupação de traumatizar os filhos, baseados nos saberes científicos, deixaram de estabelecer expectativas firmes para que os mesmos amadurecessem e se tornassem independentes. Ao completar este pensamento, Silva (2004) cita a importância de se manter o equilíbrio na educação dos filhos por meio de uma analogia da educação dos mesmos com a “poda” das plantas, especificamente das roseiras. Esclarece que esta poda deve ser feita de maneira adequada e que é assim que os adultos deveriam fazer com as crianças: colocar limites no momento certo, de forma adequada para garantir a sobrevivência e o fortalecimento da criança.

Diante deste contexto atual, no qual predomina o amor, os limites parecem ser coisas do passado. Os pais passaram a acreditar que seu papel básico era dar amor, isto é, traduzido por satisfazer as vontades dos filhos. A ênfase nesta forma de amor suplantou em alto grau outras funções como partilhar conhecimentos, inculcar valores culturais como educação e respeito bem como preservação da fé, rituais e costumes, visando à criação de cidadãos participativos.

A dimensão do afeto parece ter tomado espaço, principalmente nessas relações de pais e filhos, o que provavelmente, segundo Reichert e Wagner (2007), aconteceu por uma leitura equivocada feita nos anos 70 em relação às inovações educativas que preconizavam a importância do amor em detrimento de uma educação mais rígida, ou seja, monitorada e controlada. Assim, as famílias começaram a refutar as ações de controlar e monitorar buscando uma melhor qualidade da interação entre pais e filhos.

Essas transformações confundiram os pais, não os deixando perceber que os limites fazem parte do cuidado, que faz parte do amor; portanto, não dar limites, implica não estar atento, não cuidar, o que se traduz por descuido, descaso, desamor. Essa idéia é reafirmada por Oliveira (2007, p. 1-2) que diz que

A educação é feita com base no afeto que se transmite ao filho, e com base no limite que se pode dar a ele também. A criança precisa conhecer o amor, a amizade, o respeito e a consideração, mas também quais são os limites que ela tem de respeitar,

entre a vida dela e a do outro, para que ela possa tornar-se um ser humano apto para a vida em comunidade.

A vida em comunidade pressupõe a formação de valores, de tal forma que as pessoas possam estabelecer relações consideradas aceitáveis e esta é uma função da família.

A família tem, teoricamente, segundo Soifer (1982), como função básica a proteção (defesa da vida) de seus filhos e persegue este objetivo através do processo de educação, dando primazia ao ensino das ações tendentes a preservar a vida, que abrangem noções relacionadas com:

- cuidado físico (respiração, alimentação, sono, vestuário, locomoção, linguagem, higiene, perigos, etc);
- desenvolvimento da capacidade de relacionamento familiar e social (elaboração da inveja, ciúme e narcisismo; desenvolvimento do amor, respeito, solidariedade, etc);
- ensinamento das atividades produtivas e recreativas (jogar, brincar; tarefas domésticas, estudos e tarefas escolares entre outras).

Enfim, a família representa o lugar onde são experimentados os primeiros sentimentos da vida do ser humano, no qual se inicia a socialização, e é neste contexto que se encontra a base de muitas das atitudes diante da sociedade.

Por sua vez, para Lasch (1991, p. 25), a família, enquanto principal agente de socialização,

[...] reproduz padrões culturais no indivíduo. Não só confere normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter [...]. A família inculca modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos.

Contribuindo para esta análise, Calligaris (1992) reproduz em sua fala que a educação familiar dispõe o lugar de quereres e o preço desse lugar – necessário à vida - é a interdição. A partir da proibição, dos limites impostos aos filhos, é que se pode reconhecer o lugar deles. Compreendendo esse lugar, consegue-se reconhecer o lugar do outro e, assim, respeitá-lo.

Há anos, a família foi considerada como o principal veículo de transmissão de valores sociais que estruturavam a tradição, mas hoje essa mesma estrutura familiar parece estar com dificuldades para lidar com as mudanças contemporâneas, segundo Calligaris (1992), Postman (2000) e Elkind (2004).

Esse processo, intencional ou espontâneo, resulta sempre de um processo de educação socialmente mediado. Assim, as qualidades humanas cristalizadas no uso social dos objetos são apreendidas pelas novas gerações com os parceiros que sabem como utilizá-las. Tais qualidades são, portanto, inicialmente externas ao sujeito e, antes de se tornarem internas ao indivíduo, precisam ser vivenciadas nas relações entre as pessoas; não se desenvolvem espontaneamente, não existem no indivíduo como uma potencialidade, mas são aprendidas nas relações com os outros, ou seja, em primeira instância, com a família.

Sendo assim, proporcionar à criança o exercício pleno de sua cidadania é, antes de tudo, localizá-la em seu contexto sócio-afetivo, sendo que essa tarefa inicia-se na família e é reelaborada pela escola e outros segmentos da sociedade.

Neste contexto de mudanças, os adultos se deparam com novos modos de viver e de se relacionar. Indecisos, passam a questionar, a relativizar, a mudar ou a ficar sem parâmetros sobre como agir com suas crianças (SILVA, 2004), mas também, conforme salienta Mondin (2008), é importante ter conhecimento de que a família ainda continua a ser a principal influência para o desenvolvimento da personalidade das crianças e dos adolescentes. Sendo assim, qualquer atitude inadequada na relação pais e filhos poderá se constituir num campo fértil de estressores para os mesmos.

Com esta afirmação percebe-se a importância das relações familiares na educação dos filhos e que a maneira mais adequada de educação dos filhos vem sendo muito problematizada, contudo, ainda existem poucos trabalhos científicos que abordam este aspecto. O estudo dos estilos parentais vem tratando esse assunto por meio de escalas de medidas, investigando o conjunto de comportamento dos pais. Verifica-se o clima emocional em que se expressam as interações pais-filhos e ainda tem como base, a influência dos pais em aspectos comportamentais, emocionais e intelectuais dos filhos, temática a ser tratada com maiores detalhes no Capítulo III.

Esta temática nos remete às questões relacionadas às regras e aos limites na formação do indivíduo, o que, conforme pontuado anteriormente, eram transmitidos por meio das relações familiares e hoje parecem estar focados em outras fontes de transmissão de

valores. Isto posto, a autoridade e referência do que é certo ou errado parecem não estar mais na autoridade dos pais e nem mesmo na escola.

Aqui se encontra o foco desta investigação. Pretende-se compreender como os adolescentes que freqüentam o Programa Adolescer percebem os estilos parentais no contexto familiar. Para tal análise serão considerados os seguintes aspectos: relações familiares na contemporaneidade, adolescência e os estilos parentais.

CAPÍTULO II
AS RELAÇÕES FAMILIARES E A
ADOLESCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Para compreender a atual configuração da família, é relevante traçar a sua evolução histórica. Sendo assim, as linhas seguintes se dedicarão a explorar brevemente a história e a função da família até chegar à sua estrutura contemporânea, no sentido de compreender as relações que hoje a definem, o papel dos pais e o lugar do adolescente nesse contexto.

2.1 História e função da família

Ao acreditar que a única maneira dos homens aprenderem e se apoderarem da história produzida pela humanidade é pela reconstrução das informações apresentadas, a questão histórica e cultural contextualizada na atualidade remete a questionar os valores priorizados pela família atual. Afinal, o homem é construído e constrói sua própria história. É inegável que a multiplicidade e variedade de fatores não permitem fixar um modelo familiar uniforme, sendo importante compreender a família de acordo com os movimentos que constituem as relações sociais ao longo do tempo e do espaço cultural.

No transcorrer da história o conceito de família se desenvolveu paralelamente ao desenvolvimento do conceito de infância.

Na sociedade medieval o sentimento de infância não existia. O sentimento de infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças, que corresponde a uma consciência da particularidade infantil, particularidade esta que distingue essencialmente a criança do adulto. Esta consciência é que não existia, segundo Ariès (1981). No século XVI, o sentimento de infância estabelecido mostrava que a criança, por sua ingenuidade, gentileza, inocência e graça era uma fonte de relaxamento e distração para o adulto, ou seja, um ser lúdico. Este sentimento é a "paparicação", e se originou no seio da família. Um segundo sentimento de infância, ao contrário da "paparicação", proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei e de um maior número de moralistas, no século XVII. É entre estes moralistas e educadores do século XVII que se vê formar este outro sentimento de infância que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia ou no povo. A formação moral da criança devia ser garantida por meio da educação, da saúde e do bem estar físico.

Sendo assim, esclarece o autor, nem sempre na história houve a preocupação da família com a saúde e o bem-estar de seus membros. O sentimento de família tal qual é conhecido surgiu no fim do século XVII e início do século XVIII. Até o século XIV, na Idade Média, não existiam registros da vida familiar. A família até então tinha como meta a conservação dos bens e não precisava de um compromisso afetivo. O amor, sentimento entre os membros da família, portanto, não era uma condição *sine qua non* para a manutenção e existência da mesma.

A rua era o lugar no qual as pessoas se encontravam, trocavam informações, praticavam os ofícios, enfim, onde a afetividade fluía. Os jogos eram muito comuns, assim como as festas folclóricas, e as famílias se diluíam neste contexto externo.

As escolas ainda não existiam na forma como se conhece hoje. O saber era transmitido pela aprendizagem de ofícios. Esta aprendizagem necessariamente forçava as crianças a conviverem com os adultos.

Como consequência desta condição, a infância era tão insignificante que não chegava a tocar a sensibilidade da sociedade. Ela se reduzia ao tempo em que a criança era extremamente dependente. Depois disto, imediatamente, ela se tornava um pequeno jovem e se diferenciava do homem adulto somente no tamanho e na força.

Um outro ponto significativo neste período é que, até o século XVII, persistiu o infanticídio tolerado. Apesar de ser um crime severamente punido, o homicídio de crianças era correntemente praticado, seja sob a forma de um acidente (as crianças morriam asfixiadas na cama dos pais, na qual dormiam), ou simplesmente por ajudar tais crianças a morrerem, dando um auxílio para a natureza. O fato era tão evidente que os bispos do século XVII proibiram que as crianças fossem postas para dormir com os pais.

Também era bastante comum ao Ocidente Medieval o hábito de se entregarem os filhos a partir de sete anos (idade em que os meninos ingressavam no mundo dos adultos) a outras famílias para serem aprendizes, fazerem os serviços domésticos e servir adequadamente a família em que foram alojados. Isto era uma forma muito comum de educação. A transmissão de conhecimentos se efetivava por meio da aprendizagem direta. A escola destinava-se apenas aos clérigos.

As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um

ofício. [...] Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais (ARIÈS, 1981, p. 228-229).

A Idade Média não tinha noção do papel fundamental da educação. Com o surgimento da preocupação moral, por parte de pensadores, educadores e reformadores, em misturar as crianças com “o mundo sujo” dos adultos, concomitantemente com o período quando a escola começou a se estender a todos, vemos a família se preocupar mais com seus filhos. Tratados de educação do século XVII insistiam na responsabilidade dos pais frente à educação de seus filhos. Portanto, vemos surgir uma verdadeira revolução moral na sociedade. “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 277).

A criança, ponto fundamental para este “recolhimento”, deixou de ser apenas uma distração para os adultos e passou a se tornar uma preocupação moral.

A família-casa foi, aos poucos, se transformando em família-sentimento, na medida em que a sociabilidade se reduziu. A casa já não era o lugar público do século XVII, a vida familiar abafou a sociabilidade comum à época medieval. Já nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, com a Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade e com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país, identifica-se um novo modelo de família.

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas, relacionadas ao processo de globalização, vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar, possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização. Conforme Pereira (1995), as mais evidentes são:

- queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização;
- tendência de envelhecimento populacional;
- declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas;
- aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores, menos tradicionais;

- aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos.

Além destas mudanças mencionadas, torna-se importante uma contextualização histórica realizada pela autora Roudinesco (2003), que apresenta as transformações da família com um enfoque diferente do que se discorreu anteriormente.

A autora faz uma análise da família ocidental desde a antiguidade até ao que ela chama de pós-modernidade. Considera, num primeiro momento, a família tradicional pautada na preocupação com a transmissão da herança do patrimônio e, em seguida a mesma passa a ser fruto do amor romântico e, posteriormente, a família moderna, contemporânea ou pós-moderna, que se fundamenta no amor e no prazer, ou seja, os vínculos duram enquanto durar o amor e o prazer.

Ela faz uma comparação em relação ao pai da família e Deus, cuja autoridade jamais era contestada. Isto foi mudando de acordo com as transformações políticas e econômicas, em que a autoridade paterna, imposta pela força, vai progressivamente perdendo espaço, surgindo um pai amoroso, tolerante e respeitado, caracterizado pela compaixão. Com esse sentimento de compaixão, o pai vai aos poucos sendo destituído da figura de autoridade e aí começa a aparecer a figura do feminino. No início do século XIX, o pai não se configura mais como um deus soberano e, ainda fragilizado, perde a influência sobre o Estado, estabelecendo-se como figura de referência por meio da economia.

Segundo a pesquisadora, nesta época forma-se a família econômico-burguesa, que se fundamenta na autoridade do marido, na subordinação das mulheres e na dependência dos filhos. Porém, não é mais uma autoridade despótica, pois o Estado neste período passa a intervir e acompanhar por meio das leis (Declaração dos direitos do homem e do Cidadão, França, 1997) a vida familiar em virtude da importância econômica que desempenha como base da sociedade. Este controle das leis faz com que o pai seja justo e submisso às leis, e em relação às mulheres, exige-se que exerçam a maternidade. O casamento perde a natureza divina e se consolida como um acordo consensual, ou seja, enquanto durar o amor. Esta nova configuração torna-se pano de fundo para a instituição do divórcio na França em 1972.

Numa analogia com a teoria freudiana, Roudinesco (2003) caracteriza a família contemporânea como edípiana, a qual se baseia simbolicamente no assassinato do pai pelo filho que deseja a mãe e que começa a questionar a autoridade paterna fundamentada no

desejo e não mais na coerção das conveniências familiares. Este modelo de família edipiano sustentava-se em três pilares:

[...] a revolução da afetividade, que exige cada vez mais que o casamento burguês seja associado ao sentimento amoroso e ao desabrochar da sexualidade feminina e masculina; o lugar preponderante concedido ao filho, que tem como efeito ‘maternalizar’ a célula familiar; a prática sistemática de uma contracepção espontânea, que dissocia o desejo sexual da procriação, dando assim origem a uma organização mais individual da família (ROUDINESCO, 2003, p. 96, destaque do autor).

Com o poder maternalizado da família, o lugar do pai contava unicamente com o seu patrimônio para afirmar o seu lugar simbólico. Nesta mudança o filho deixa de ser visto como objeto, para assumir uma posição mais central na família como sujeito desejado. As mulheres, com o avanço tecnológico da biomedicina, conquistaram não apenas o controle do corpo, mas também da procriação. Essa nova possibilidade de formar uma família sem a necessidade do coito sexual, ou simplesmente de não desejar a maternidade, acenam para uma necessidade de repensar o casamento.

Assim, a autora considera que a família enquanto instituição não se dissolveu e sim se reorganizou garantindo a reprodução das gerações de maneira diferente, no qual o casamento não é mais tão enfatizado como as relações de uniões afetivas que se unem por períodos aleatórios e os filhos que, antigamente, quando nascidos fora do matrimônio, eram considerados como algo aterrorizante, hoje passou a ser um fato natural. Apesar dessas constantes transformações ocorridas na família ao longo dos séculos, a mesma continua a ser reivindicada por mulheres, homens e crianças, independente de idade, orientação sexual e classe social.

Essas colocações aparecem também nos estudos de Feres-Carneiro e Negreiros (2004), nos quais discutem se, diante de tantas transformações, a instituição familiar chegou ao fim. Concluem que o que parece ter se dissolvido foi o modelo de família idealizada. As pesquisadoras discorrem sobre essas mudanças ou transformações ocorridas, principalmente em relação às regras de conduta focalizando que hoje

[...] a regra é a diversidade e a solicitação é a criatividade de pautas de conduta, sem um referencial de apoio ou modelo a seguir. Ou seja, o adulto tem que inventar sua maturidade, como o jovem sua juventude, a criança sua infância e o idoso seu envelhecimento, através de fragmentos de modelos identificatórios renováveis, sem roteiro a seguir (FERES-CARNEIRO; NEGREIROS, 2004, p. 8).

Enfim, a cada momento histórico corresponde um modelo de família, que vai compondo o contexto histórico, social e econômico que, de acordo com o que se pode ver, apresentam modelos ou configurações não estáticos.

2.2 Configuração familiar na contemporaneidade

A família é um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Este núcleo por seu turno, se acha relacionado com a sociedade, que lhe impõe uma cultura e ideologia particulares, bem como recebe influências específicas (SOIFER, 1982, p. 22).

A partir deste conceito, pode-se pensar na configuração da família contemporânea considerando que a mesma possui um contorno diferenciado do chamado natural ou tradicional. Torna-se necessário desmistificar a idealização de uma dada estrutura familiar como sendo a tradicional, abrindo-se caminhos e possibilidades para o reconhecimento da diversidade das organizações familiares no contexto histórico e social. Sendo assim,

[...] não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p. 24).

A família contemporânea se configura com diversos arranjos, visando a importância das funções familiares de cuidado e socialização. Ao desmistificar e desnaturalizar o conceito de família como uma estrutura ideal, questiona-se a antiga concepção de “deseestruturação familiar”, verbalizada e escrita pela cultura popular, ou seja, aquela família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, que agora passa a ser reconhecida, o que evidencia que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos. As mudanças são percebidas historicamente nos arranjos, nas relações e principalmente nos vínculos e laços afetivos familiares.

Ackerman (1986, p. 29) nos diz que a família, “[...] assume muitos aspectos. É a mesma em qualquer lugar; contudo nunca permaneceu a mesma. A constante transformação

da família através do tempo é o produto de um processo incessante de evolução; a forma da família molda-se às condições de vida que predominam em certo tempo e lugar.”

Os estudos de Bauman (2004) sobre as relações e vínculos na sociedade moderna apontam, por meio de uma comparação, que os mesmos se apresentam como líquidos, não permanentes e atados frouxamente para serem desfeitos a qualquer momento. Aponta as fragilidades dos vínculos humanos bem como o sentimento de insegurança nas relações que se apresentam ambivalentes, no qual ao mesmo tempo em que desejam manter os laços afetivos, os afrouxam por se depararem com sentimentos descartáveis, momentâneos ou instantâneos.

O autor ainda considera que, diante desta satisfação dos desejos instantâneos, os vínculos amorosos, ou seja, o viver junto, passa a ter intenções modestas que não se prestam a juramentos diante de testemunhas para consagrar tal união. Enfim, os casais ficam juntos apenas quando querem ou quando estão a fim, caso contrário, cada um segue o seu caminho buscando a realização dos seus desejos. Parece que assim vão se delineando os arranjos familiares observados nos dias atuais, tais como aparecem nas estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) onde:

A distribuição de famílias encontradas na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 2004, era a seguinte: unipessoal, 9,9%; Casal sem filhos: 14,4%; Casal com filhos: 51,5%; Mulheres sem cônjuges e com filhos: 18,1%, outros tipos: 5,8%. Recalculando os percentuais apenas para aquelas famílias que têm crianças e adolescentes – ou seja, retirando as unidades domiciliares com uma pessoa, com casais sem filhos e outros tipos – pode-se ver que 25% das famílias são monoparentais e, se em 75% há um casal com filhos, isto não indica se o cônjuge da mãe é o pai das crianças. Ou seja, há um grande percentual de crianças e adolescentes vivendo em famílias cuja forma de organização não responde à idealização feita de uma família composta de pai, mãe e seus filhos em comum. (BRASIL, 2006, p. 53).

De acordo com os dados do IBGE, as pesquisas de Goldani (1993) sobre a família brasileira mostram que 92.6 %, ou seja, a maioria das famílias pesquisadas, estão estruturadas como grupos de pessoas conviventes com laços de parentesco ou adoção e 7.4 %, as famílias restantes, estão vivendo em lares sozinhas ou em grupos de duas ou mais pessoas, sem relação de parentesco, sendo este grupo, o que mais cresceu nos anos 80. As mudanças ou transformações importantes que geraram esses arranjos podem estar vinculadas nas palavras da pesquisadora, às

[...] mudanças nos padrões de comportamento, desde os novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (GOLDANI, 1993, p. 69).

E ainda pelo “[...] aumento da expectativa de vida” (GOLDANI, 1993, p. 71) o que significa que hoje temos que considerar o fator longevidade para compor e tentar uma justificativa para os novos arranjos familiares.

Cada família, nesse contexto, dentro de sua singularidade, parece ser potencialmente capaz de se reorganizar diante de suas dificuldades e desafios e de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações.

Diante desses novos arranjos familiares, a figura de referência para os filhos é quem faz a função de imposição do limite, da autoridade e da realidade e, ainda, a função do cuidado e da afetividade, orientando nas ações e atividades do cotidiano e, essas funções, conforme citam Wagner et al. (2002), parecem ser estabelecidas de acordo com as questões de gêneros constituídos no decorrer da história, onde a mãe é responsável pelos cuidados dos filhos e o pai como provedor do sustento familiar.

Zamberlan e Biasoli-Alves (2008, p. 8) também mencionam a função do pai como provedor e acrescentam que faz parte do papel do mesmo “outros tipos de tarefas e rotinas que se traduzem em disciplina, valores morais, educativos e de autoridade”.

Pode-se observar que os cuidados de educação básica de higiene, suporte afetivo, acompanhamento escolar e disciplina e até mesmo o sustento econômico, nos dias de hoje, estão sendo assumidos pelos pais como uma tarefa conjunta, contudo, de acordo com a pesquisa de Wagner et al. (2005, p. 186), 69% da amostra do estudo, apesar das mulheres trabalharem fora e ter uma “participação semelhante a do marido em relação ao sustento dos filhos, ainda aparece como trabalho feminino a função de nutrição e acompanhamento do cotidiano dos filhos (tarefas escolares)”. Essas considerações retomam os papéis clássicos da família, assinalados por Biasoli-Alves et al. (1997) e Trindade et al. (1997), citados por Wagner et al. (2005).

O estudo realizado por Cia et al. (2006, p. 78) vem corroborar com essas pesquisas, relacionadas aos papéis dos pais. Encontraram em seus estudos o fato de que, apesar dos pais apresentarem culturalmente a autoridade, ou seja, quem estabelece limites e regras, na prática, nem sempre ele está exercendo este papel; nesses resultados as mulheres

“se percebem mais frequentemente desafiadas pelos filhos, pois no cotidiano são elas que administram as regras e limites [...]”.

Essas informações a respeito das configurações familiares e dos papéis dos pais devem-se ao fato de ser encontrarem na prática esses diversos arranjos, papéis e funções familiares mencionados, nos quais os adolescentes residem e são educados pelos pais, avós, tios e também por padrastos.

2.3 Transformações na família: qual a responsabilidade do adulto?

Muitos autores (SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2007; ZAMBERLAN, 2008) fazem menções às mudanças em relação às práticas educativas de socialização das crianças por seus pais, comparando valores considerados importantes no passado recente até a década de 1960. Nesta década tendia-se a aceitar e a obedecer às normas ditadas pela família.

Nesse sentido, a cultura popular, ou melhor, pessoas mais velhas, vivem dizendo que as crianças e adolescentes de hoje são diferentes de antigamente. Dizem que naquela época não se respondia aos pais, do modo como as crianças respondem hoje e que somente com um olhar as crianças sabiam quando tinham que se calar ou se ausentar, respeitando as conversas dos adultos. Embasados neste referencial de educação, os mais velhos vivem horrorizados e questionando: - O que poderia estar acontecendo com as crianças e adolescentes? Contudo, segundo Oliveira (2007, p. 1), pode se pensar “o que estará acontecendo com nossos pais e mães que parecem estar esquecidos de sua função de educadores desses jovens”.

Na atualidade, esses questionamentos parecem ter maior visibilidade por conta dos fatos envolvendo crianças e adolescentes na mídia e, mesmo com as mudanças ocorridas por meio das políticas públicas, ainda têm-se muitos caminhos a percorrer. Apesar do aumento dos discursos sobre direitos humanos, globalização e equidade, das grandes descobertas científicas e do total acesso à informação, o século XX foi palco de um crescente aumento da desigualdade social e econômica no mundo, além de estar presenciando o desaparecimento do sentimento da infância tal qual o conhecemos.

O atual contexto, ao mesmo tempo em que infantiliza e empurra para frente o momento da maturidade com a preservação do egocentrismo/narcisismo primitivo, “adultiza”

a criança, quase que excluindo a infância. Exemplos disto são vistos cotidianamente: o alcoolismo deixou de ser “coisa de adulto”; muitos crimes têm crianças e/ou adolescentes como os principais autores; a erotização precoce, principalmente das meninas, tem sido vista como “bonitinha” ou “normal” por seus próprios pais que impõem demais e muito cedo, obrigando suas crianças a crescerem prematuramente.

Tal situação remete ao período, citado por Áries (1981), da Idade Média, onde a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e insignificante para que tivesse tempo de tocar a sensibilidade. Antigamente, a morte precoce de muitas crianças provocava esta insignificância e hoje, concordando com Postman (2000), a mídia tem um importante papel sendo uma das maiores fontes de dissolução da fronteira adulto/criança, no qual a criança tem acesso a todas as respostas para suas curiosidades, que antes faziam parte do mundo adulto, sem esforço, pois as informações encontram-se disponíveis nos meios de comunicação.

A família, por sua vez, enquanto responsável pela garantia da infância saudável de seus filhos, parece dissoluta diante de sua problemática e confusa em seu papel de educar, como cita Oliveira (2007, p. 1, destaques do autor).

Se pelas gerações antigas a criança era tratada como um ‘mini-adulto’, sem direito a desejos e vontades, sem direito a quaisquer cuidados especiais em respeito a sua condição de criança, parece-me que as gerações mais jovens, talvez tenham pecado pelo excesso, no sentido inverso, passando a tratar a criança como um ‘rei no trono’.

Na Idade Média, como já apontado, as crianças eram consideradas como “adultos em miniatura”, com um porém: nesta época as crianças participavam do mundo adulto de outra forma, ou seja, executando os mais diferentes trabalhos, o que chegava a ser desumano. No entanto, agora, determinam os prazeres e organizam as suas rotinas como melhor entendem, pois os adultos parecem permitir que as mesmas realizem funções para as quais não estão preparadas, por conta da fase de desenvolvimento em que se encontram.

Observa-se, conforme destaca La Taille (1998), que cada vez mais as crianças estão assumindo o papel de imperadores na sociedade; também Calligaris (2000) reforça esta idéia, quando analisa o comportamento dos adultos e das crianças, com ênfase na inversão de valores sociais: do modelo adultocêntrico passa-se para o modelo puericêntrico.

Até meados do século XX, o modelo vigente era o adultocêntrico, no qual o adulto era considerado o centro do universo e cabia à criança e ao adolescente satisfazer os desejos e as vontades dos adultos. Com isso, conforme propõe a discussão de Silva (2004), garantia-se a transmissão da tradição, isto é, um conjunto de regras e valores transmitidos de pai para filhos e a consequente manutenção da sociedade.

Para Postman (2000, p. 164), a família se enfraqueceu e os pais perderam o controle das informações que seus filhos recebiam, de tal forma que “a mídia reduziu o papel da família na moldagem dos valores e da sensibilidade dos jovens.” Para Lasch (1991), o mundo moderno se infiltrou de tal forma dentro da família que a privou da intensidade emocional que antes a caracterizava.

Logo, parece que não se está conseguindo andar no mesmo passo que o da modernidade; não se acompanham a multiplicidade e a rapidez com que as linguagens e as mudanças ocorrem e, com isto, neste descompasso entre o que é novo e o que é antiquado, “meio que” se fica atônito em relação às instituições e regras de convívio social.

Neste contexto de mudanças, os adultos se deparam com novos modos de viver e de se relacionar, contudo, de forma indecisa e sem parâmetros sobre como agir com os filhos. Assim, exigem e pressionam o desenvolvimento de habilidades que os mesmos não têm condições de desenvolver. Segundo Elkind (2004), as crianças, hoje submetidas às pressões contemporâneas para que cresçam depressa, ficam sem referência de valores e condutas, pois as emoções e sentimentos, partes mais complexas e intrincadas do desenvolvimento, têm seus próprios momentos e ritmos e não podem ser apressados; para tanto ocorre que “o comportamento e a aparência da criança falam ‘adulto’ e seus sentimentos choram criança” (ELKIND, 2004, p. 37, destaque do autor).

As crianças precisam de tempo para crescer, aprender e se desenvolver. Tratá-las diferentemente dos adultos significa, para Elkind (2004), não as discriminar, mas reconhecer sua condição especial de ser em desenvolvimento, sendo que “a atenção e o respeito que devem ser dados à criança não podem provocar uma inversão na ordem das gerações entre pais e filhos” (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Portanto, resgatar e fazer retroceder este processo de inversão de papéis é também resguardar as crianças dos problemas e dificuldades do mundo adulto, considerando que as mesmas não têm capacidade emocional para entendê-lo ou mesmo interpretá-lo, incorrendo assim num risco muito grande de serem gerados males para o seu desenvolvimento emocional

e educacional. O conhecimento científico auxiliou na orientação de pais, professores e adultos na transformação dos sistemas educacionais e políticas de atendimento a esta população, porém, parece que os adultos não conseguiram acompanhar e viver em harmonia com seus jovens. Há de se ter, nesse panorama, que o problema a se descortinar diante dos olhos (muitos atônitos pela velocidade em que se operam os avanços da tecnologia e pela evolução social) não é mais o de reconhecer os novos modelos familiares, mas sim protegê-los.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº. 8.069/1990 - vem reforçar as ambivalências e ambiguidades que envolvem o lugar de adulto e o de criança em nossa sociedade, garantindo os direitos e também, implicitamente, os deveres de cidadãos.

A família, dos pontos de vista histórico e social, está vivenciando um período de mudanças e transformações em relação aos conceitos de infância e educação, em que certos princípios ficam questionáveis, e geram incertezas sobre os valores que devem ser construídos no processo educativo. Percebe-se, pois, certa indefinição sobre o que é ou não permitido, sobre o que é ou não aceito. Em parte, isso ocorre porque não há um código ético "universal" que estabeleça padrões morais normatizadores da ação humana, mas parece ser necessário que se estabeleçam estratégias para se reverter esta condição e preservar a referência dos pais e professores enquanto detentores do saber e orientadores das ações para a formação de indivíduos conscientes e responsáveis por seus atos, pois

Quando se inverte o sentido dessa relação, com os filhos colocados em um trono, ou tratados como um rei, e com os pais deixando de cumprir sua função de educadores, as crianças crescem sem orientação, sem limites, sentindo-se sozinhas e desconectadas de sua própria família, sem uma verdadeira identificação com seus pais, pois lhes faltam um modelo forte, seguro e afetivo, que elas possam admirar, seguir, amar e respeitar (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

É necessário que os adultos se fortaleçam em relação aos seus papéis sociais junto às crianças e adolescentes, no sentido de restituir a autoridade, e não mais seguindo o modelo autoritário e impositivo anterior, mas de maneira mais transparente, com regras claras, com limites e conseqüências efetivas para a diminuição dos conflitos entre pais e filhos, ressaltados pela sociedade.

Importante salientar, que muitas pesquisas como as de Zamberlan (2003, 2008) indicam a influência de fatores nesta dinâmica das relações interpessoais na família, como as dificuldades socioeconômicas aliadas a baixos níveis de saúde, pobreza e limitações

ambientais, prejudiciais ao desenvolvimento e ao bem estar das crianças e adolescentes e ainda mencionam estratégias para fortalecimento das relações e dos vínculos familiares.

Esses fatores de risco, segundo Cecconello (2003, p. 20), podem estar presentes tanto em características individuais como ambientais. “Entre os fatores de riscos individuais, encontram-se características como sexo, fatores genéticos, habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas.” Entre os fatores de risco ambiental, foram considerados o baixo nível socioeconômico, eventos de vida estressante, características familiares e ausência de apoio da sociedade. Algumas famílias, diante de fatores estressores, parecem dispor de indicadores que funcionam como proteção, encontrando recursos suficientes para enfrentar a situação de forma satisfatória, ou seja, as famílias auxiliam seus membros a enfrentarem situações de vulnerabilidade, tornando-os mais fortes frente às adversidades ou, ao contrário, a depender dos riscos a que as mesmas estão expostas. “Resiliência” é o nome dado para este fenômeno, no qual as famílias se articulam para enfrentar as transições normativas e não normativas do ciclo vital, que podem fortalecer os vínculos familiares, a partir de como os papéis se estruturam neste contexto.

Essas estratégias de fortalecimento das figuras de referência tornam-se relevantes, principalmente quando abordamos a fase de desenvolvimento da adolescência, pois o adolescente experimenta, conforme destacam alguns autores (ABERASTURY; KNOBEL, 1981; CALLIGARIS, 2000), transformações importantes tanto físicas como emocionais. No entanto, se além dessas transformações, ele ainda não encontrar figuras parentais que sejam continentes, muito provavelmente terá maior dificuldade de elaborar esta fase do desenvolvimento do ciclo vital.

2.4 Adolescência e família no contemporâneo

Como o foco do presente estudo incide sobre a adolescência, faremos algumas considerações a respeito desta fase do desenvolvimento com o objetivo de compreender não somente as mudanças físicas e psicológicas, mas também as interações familiares nesta fase da vida.

Segundo Ariès (1981), o conceito de adolescência surgiu no século XX, da mesma forma que o conceito de infância, foi se consolidando como uma fase do desenvolvimento humano compreendida entre a infância e a idade adulta, com características peculiares e

únicas, que perpassam por mudanças físicas, cognitivas, psicológicas e sociais. Como ressalta Frota (2007, p. 11), a adolescência:

[...] deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem, ou de elementos determinados aprioristicamente ou de modo natural. A adolescência deve ser pensada como uma característica que se constrói, se exercita e se reconstrói dentro de uma história e tempos específicos .

Vê-se assim, que o período da adolescência é considerado como uma construção histórica, na qual o adolescente vai construindo sua identidade, de acordo com a sociedade em que se encontra inserido. Para Erikson (1987), a construção da identidade é pessoal e social e acontece de forma interativa, através de trocas entre o indivíduo e o meio.

Vários autores discutem e apresentam o conceito de adolescência. Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência, mais do que uma etapa estabilizadora, é processo de desenvolvimento, devendo ser compreendida para situá-la no contexto da realidade humana que nos rodeia. Nesta perspectiva, a adolescência deve ser entendida como uma:

[...] etapa da vida a que o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta, apoiando-se nas primeiras relações objeto-parentais internalizadas e verificando a realidade que o meio social lhe oferece, mediante o uso dos elementos biofísicos em desenvolvimento à sua disposição e que por sua vez tendem à estabilidade da personalidade num plano genital, o que só é possível quando consegue o luto pela identidade infantil (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 26).

A partir da abordagem psicanalítica, eles citam que o adolescente realiza três lutos fundamentais: o luto pela perda do corpo infantil; o luto pelo papel e identidade infantis e, enfim, o luto pelos pais da infância. Os autores ainda salientam que:

[...] O adolescente não só deve enfrentar o mundo dos adultos para o qual não está totalmente preparado, mas, além disso, deve desprender-se de seu mundo infantil para o qual e com o qual na evolução normal, vivia cômoda e prazerosamente, em relação de dependência, com necessidades básicas satisfeitas e papéis claramente estabelecidos (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 10).

Calligaris (2000), outro estudioso do assunto, diz que a adolescência nos dias de hoje é uma das formações mais poderosas de nossa época, definindo o adolescente como aquele:

- que teve o tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade;
- cujo corpo chegou à maturação necessária, competindo de igual para igual com todo o mundo;
- para quem a sociedade impõe uma moratória (período de suspensão entre a chegada da maturação do seu corpo e a autorização para ser adulto);
- cujos sentimentos e comportamentos são obviamente reativos, de rebeldia a uma moratória injusta;
- que tem o inexplicável dever de ser feliz, pois vive uma época da vida idealizada por todos, e ainda,
- que não sabe quando e como vai poder sair de sua adolescência.

Considera-se que a adolescência tem início com a puberdade, que é percebida por meio da transformação substancial do corpo (ABERASTURY; KNOBEL, 1981; CALLIGARIS, 2000), ou seja, pelo amadurecimento dos órgãos genitais e, segundo Lima (2006), ela não tem tempo para ser finalizada.

Na cultura brasileira este conceito está numa indefinida moratória, causando discussões a respeito do que é necessário para que um adolescente se torne um adulto. “O adolescente perde (ou, para crescer, renuncia) a segurança do amor que era garantido à criança, sem ganhar em troca outra forma de reconhecimento que lhe parecia, nessa altura, devido” (CALLIGARIS, 2000, p. 24).

Erikson (1987) enfatiza, em sua teoria, conceitos sobre a adolescência e a formação da identidade. Observa esta fase, ou seja, o senso de identidade, como um processo de desenvolvimento do ciclo vital onde cada indivíduo passa por uma série de períodos desenvolvimentais distintos, com tarefas específicas para enfrentar e adaptar-se ao sentido do eu e às mudanças físicas da puberdade, desenvolvendo uma identidade sexual madura, buscando novos valores.

Erikson (1987) considera a fase da adolescência como uma crise de identidade, o que não é sinônimo de catástrofe ou algum desajuste e sim de mudanças que levam ao crescimento e à formação da identidade, fruto de vivências adolescentes, construídas pessoal e

socialmente. Calligaris² (apud LIMA, 2006) formula o conceito de moratória para caracterizar o momento no qual o adolescente aguarda a liberação dos adultos enquanto se organiza para exercer outros papéis na idade adulta.

O autor retrata a importância da moratória na transição da infância para a adolescência como uma forma de integrar os elementos da identidade que se embaralharam no decorrer do desenvolvimento da infância até o período em que o adolescente se encontra. Como ele diz:

Eles precisam, sobretudo, de uma moratória para a integração dos elementos de identidade atribuídos nas páginas precedentes às fases da infância; só que, agora, uma unidade mais vasta, indefinida em seus contornos e, no entanto, imediata em suas exigências, substitui o meio infantil: a 'sociedade' (CALLIGARIS apud LIMA, 2006, p. 129, destaque do autor).

Neste processo, em que o destino é o desprendimento da infância, provoca-se uma revolução no meio familiar e social, no qual os pais também precisam se desprender do filho e evoluir para uma relação com o filho adulto.

Em relação aos pais, os autores citados até agora dizem que os mesmos deveriam entender que a adolescência é um período de profunda dependência e que os filhos precisam deles tanto ou mais do que quando eram bebês mas, ao mesmo tempo em que os adolescentes se mostram dependentes, também querem liberdade. Neste sentido, Wagner et al. (2002) e Macedo, Kublikowski e Berthoud (2006) consideram que é importante um aumento da flexibilidade das fronteiras e equilíbrio na autoridade dos pais com o intuito de manter a harmonia familiar.

Essa liberdade pode ser aplicada, segundo Aberastury e Knobel (1981), de duas formas: dar liberdade com limites, que impõe cuidados, cautela, observação, contato afetivo permanente e diálogo e dar liberdade sem limites, que é o mesmo que abandonar um filho.

Congruente a esse contexto teórico, visando dar destaque ao que os adolescentes estão visualizando a respeito da família, Lima (2006) realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar e interpretar como os adolescentes das camadas médias de Belo Horizonte atribuem significados à família contemporânea. Os adolescentes reproduziram em suas falas o desejo de que sua família futura fosse igual às famílias de origem, apesar dos conflitos

² CALLIGARIS, C. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.

vivenciados, tanto com os irmãos como com os pais, nesta fase. Idealizam o amor romântico como um caminho para a constituição familiar e também a estabilidade financeira para o sustento familiar. Diante desses dados:

Pode-se entender que a formação familiar e a adolescência são atravessadas por valores que vêm da própria família, mas que também vem da sociedade e da camada social a que pertencem, agregando dessa forma, valores que poderiam não estar presentes, ou se destituindo de ideais já estabelecidos (LIMA, 2006, p. 40).

O trabalho de Macedo, Kublikowski e Berthoud (2006) buscou compreender, na perspectiva dos pais, quais os valores que eles consideravam positivos para transmitir aos jovens. Participaram deste estudo 11 mães e quatro pais, que se situam demograficamente em áreas consideradas de alta vulnerabilidade social, ou seja, residem, na sua maioria, em bairros periféricos da cidade de São Paulo/SP. Eles foram agrupados, de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade (IPVS) em duas categorias: alta e baixa vulnerabilidade, sendo que este índice “é resultante da combinação da dimensão socioeconômica, ou seja, a renda apropriada pelas famílias e o poder de geração da mesma por seus membros, associada a uma dimensão demográfica, relacionada ao local de moradia e à fase do ciclo de vida familiar, que potencializa riscos [...]” (MACEDO; KUBILOWSKI; BERTHOUD, 2006, p. 43).

Os resultados deste estudo revelam que os valores mais importantes, considerados pelos pais, a serem transmitidos aos adolescentes são: honestidade, respeito, responsabilidade, religião, ética, justiça, amor e esperança. No grupo considerado com IPVS alto, “foi explicitada a importância atribuída à obediência, à boa educação e a ter limites, pois na visão dos pais, tais qualidades quando presentes nos jovens desafiam as crenças que associam a pobreza à delinquência” (MACEDO; KUBILOWSKI; BERTHOUD, 2006, p. 45). Além de priorizarem estes valores, os pais com índice de IPVS alto evidenciam maior rigor na imposição de regras, pois consideram que “quanto maior o risco ao qual os adolescentes estão expostos, mais os estilos parentais autoritários, que implicam obediência, assumem importância, sendo mais referidos pelos pais oriundos de regiões da cidade onde os jovens são mais vulneráveis” (MACEDO; KUBILOWSKI; BERTHOUD, 2006, p. 46).

Complementando os dados destas pesquisas, Predebon e Wagner (2005) realizaram, na cidade de Porto Alegre-RS, um estudo com 523 adolescentes, com o intuito de verificar a prevalência de problemas de comportamento, levando em consideração a diferença de gênero, nível socioeconômico e configuração familiar, relacionando-os aos aspectos

sociodemográficos. As autoras relatam que vários estudos têm sido realizados para investigar quais variáveis estão associadas à maior prevalência de problemas de comportamento em adolescentes e destacam como fator de maior risco o baixo nível socioeconômico que engloba a pobreza, baixa remuneração parental, baixa escolaridade dos pais, famílias numerosas e a ausência de um dos pais; ainda complementam, salientando que a existência de fatores estressantes ou aversivos no contexto familiar também está relacionada com a prevalência desses comportamentos, aliados ao contexto onde os adolescentes se inserem.

Os resultados obtidos indicaram uma prevalência maior de problemas de comportamento entre as mulheres em relação aos homens e à estrutura familiar; muitos adolescentes da amostra pertencem a uma estrutura familiar considerada tradicional, onde o pai é o único provedor e a mãe a única responsável pelas tarefas domésticas e cuidados dos filhos. Constatou-se também, nesse estudo, que não houve um resultado significativo que sugerisse um único indicativo para a explicação dos problemas de comportamento na adolescência, mas sim a coexistência de diversos fatores influenciando esses problemas.

Um outro aspecto a ser considerado é a comunicação interpessoal, ou seja, como os adolescentes estão se relacionando com seus pais. Parece ser fundamental para que se potencialize e auxilie nas relações de interação familiar, visto que, nesta fase, há uma tendência a um acréscimo nos confrontos entre pais e filhos. “Este fenômeno ocorre em função de que passa a haver um maior questionamento do filho adolescente com relação às regras, valores e crenças familiares (Blos, 1986; Osório, 1992; Aberastury e Knobel, 1990)” (WAGNER et al., 2002, p. 76). Neste estudo (WAGNER et al., 2002), obteve-se como resultado que, apesar da mulher (mãe) ter assumido outras funções fora do lar, ela continua ser a pessoa que mais conversa com os filhos adolescentes (48% da amostra), seguido pelo irmão mais velho (17.6%), depois pelo pai (12.2%) e finalmente pelo irmão mais novo (2.4%). Os adolescentes (96%) desta amostra consideraram que a comunicação entre os membros da família é muito importante.

Atualmente muitas queixas envolvendo os adolescentes estão aparecendo, tanto no cenário escolar como no familiar. Esses questionamentos são disparados pelos adultos que parecem não estar dando conta de acompanhar as transformações ocorridas na modernidade. Bauman (2001) utiliza o termo “fluidez” ou “liquidez” para retratar estas vivências da atualidade, isto no sentido de considerar que os sólidos têm forma nítida mantida com facilidade e os líquidos são propensos às mudanças. O autor se utiliza desses termos para fazer uma analogia da modernidade, considerando-a como um processo de liquefação, de

derretimento dos sólidos estabelecidos, no sentido de um rompimento com o passado e a tradição. A forma de entender as mudanças do mundo atual é que parece ser a dificuldade enfrentada pelos adultos em relação ao comportamento dos adolescentes.

Uma reportagem elaborada pela revista *Veja* (BUCHALLA, 2009) mostrou o resultado de uma enquete com 527 pessoas, entre pais e adolescentes (de 13 a 19 anos) de todo o país, para identificar hábitos e comportamentos dessa geração que, daqui a 20 anos, comandará o país. Algumas conclusões foram apontadas: meninos e meninas que nasceram a partir de 1990 não almejam fazer nenhum tipo de revolução (como sonhavam os jovens das décadas de 60 e 70); querem ganhar muito dinheiro com o seu trabalho; são mais conservadores em relação a valores familiares (de acordo com o maior estudo de hábitos e atitudes da população adolescente brasileira realizada pela empresa de consultoria Research International); formam a geração ‘tudo ao mesmo tempo e agora’, realizando várias atividades concomitantes (estudo, celular, ipod, computador e videogame). A reportagem cita ainda que o fato dos sujeitos estarem sempre conectados aos meios de comunicação e tecnológicos os leva a ser bem informados, porém dificilmente tentam aprofundar-se num tema, mudando de opinião com rapidez e frequência.

Essa invasão da era digital e a rapidez das informações levam os adolescentes a trocar de amores, amizades, cursos, etc. Isto, segundo Bauman (2004), é uma sucessão de reinícios, com finais rápidos e indolores, porém essa quantidade de possibilidades de escolhas concomitante à rapidez, traz muita insatisfação. A reportagem aborda, ainda, alguns temas de comportamento do jovem na modernidade como drogas, bebidas e sexualidade, mostrando algumas orientações de psicólogos no sentido de como os pais devem agir perante as situações do cotidiano. Ressaltam ainda, a importância do relacionamento entre pais e filhos na educação e preservação da saúde mental e psíquica.

Na perspectiva mencionada, a importância das relações parentais parece ter grande influência no comportamento dos adolescentes e será abordada no próximo capítulo, no qual se destacarão os estilos parentais, ou seja, as maneiras como os pais estão se comportando em relação aos filhos.

CAPÍTULO III
ESTILOS PARENTAIS E LIMITES

A conduta dos pais em relação aos filhos está intimamente ligada à colocação de regras, normas e limites, pois desde os primeiros anos de vida o bebê começa a construir o seu referencial de atitudes por meio do “olhar” e do comportamento do adulto. Ele recebe orientações a respeito do que é importante para preservar e defender a vida, habilidades sociais e estímulos para crescer. Essa conduta é que possivelmente possibilitará a formação do referencial de limites e posterior formação de sua personalidade e conduta em sociedade (LA TAILLE, 2002b).

Como afirma Bettelheim (1987, p. 56, destaque do autor) em sua afirmação:

[...] cada acontecimento de que a criança participa, não importa se grande ou pequeno em si, é significativo como parte do seu relacionamento. Não são as ‘questões de peso’ que contam na formação da personalidade de uma criança e nas relações entre pais e filhos. Na realidade, incidentes que adultos consideram triviais são, com frequência, imensamente importantes para a criança, fornecendo indicações paternas que orientam seu despertar para o mundo. [...] As palavras e os gestos de um pai, seu tom de voz e sua expressão facial podem, de repente, lançar uma luz muito diferente sobre as coisas, o mesmo valendo para sua resposta. [...] influencia significativamente a criança, fornecendo-lhe dados sobre os quais baseia sua visão de si mesma e de seu mundo.

Sendo assim, a construção dos referenciais de conduta constituir-se-á a partir das experiências vivenciadas na infância e, posteriormente, na adolescência, por meio da interação pais-filhos, de acordo com o comportamento dos pais, ou seja, com os estilos parentais; podendo estimular os filhos em relação ao desenvolvimento de habilidades para a vida, bem como delimitar riscos e comportamentos inadequados. Para que essas habilidades possam ser desenvolvidas pensamos ser necessária uma conduta por parte dos adultos, no caso dos pais, em manter um equilíbrio entre exigência e responsividade, isto é, impor regras quando necessárias e ainda dar continência e afeto.

Estes estudos se tornam necessários, pois a educação dos filhos também passa por inúmeros questionamentos que, em épocas anteriores, eram considerados adequados e que são questionados nos dias de hoje, conforme cita Araújo (2007).

Para pensar esta problemática, em relação às interações familiares, isto é, como os adultos estão se comportando nesta questão de limites na educação de seus filhos, têm sido realizados estudos na abordagem de estilos parentais, que se tornou uma das mais utilizadas

formas de investigação acerca das interações socializadoras na família e sua influência sobre os filhos ao longo do tempo (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004).

Um dos estudos precursores que se destaca no entendimento das relações que se estabelecem entre pais e filhos é o de Diana Baumrind. A autora discute os tipos de controle parental (1967, 1971, 1991, 1997) tomando os pais como tipos especiais de liderança.

Baumrind se dedicou a estudar como os diferentes padrões de controle parental poderiam afetar o desenvolvimento dos filhos. Para isso, utilizou em sua pesquisa uma amostra de crianças pré-escolares e seus pais. Resultaram desse estudo, três tipos (chamados posteriormente de estilos) de controles parentais encontrados por Baumrind (1967, 1971) denominados de autoritário, autoritativo³ e permissivo, sendo que o estilo é considerado como o contexto dentro do qual os pais agem para socializar os filhos, de acordo com suas crenças e valores (DARLING; STEINBERG, 1993).

O estilo se refere a um padrão de comportamento dos pais, que se expressa dentro de um clima emocional criado pelo conjunto de suas atitudes, o qual inclui as práticas disciplinares parentais e outros aspectos da interação entre pais e filhos (DARLING; STEINBERG, 1993).

Cada um dos estilos parentais é caracterizado por Baumrind (1966) como:

- autoritativos: tentam direcionar as ações de suas crianças de maneira reacional e orientada, incentivam o diálogo e exercem controle rígido nos pontos de divergência, impondo sua perspectiva de adulto e reconhecendo que a criança possui interesses próprios e maneiras particulares;
- autoritários: modelam, controlam e avaliam o comportamento da criança de acordo com regras de conduta estabelecidas e normalmente absolutas, sendo a favor de medidas punitivas para impor o que pensam ser certo;
- permissivos: tentam comportar-se com atitudes não punitivas diante das ações e desejos da criança.

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) realizaram um estudo analisando os estilos parentais em termos do cruzamento das dimensões exigência e responsividade. Nesse estudo, consideraram e mantiveram o estilo autoritário e autoritativo proposto por Baumrind (1967, 1971) e ampliaram o padrão permissivo em dois novos estilos: indulgente e negligente.

³ O Termo autoritativo origina-se do termo original authoritative que foi traduzido por pesquisadores brasileiros. (COSTA; TEIXEIRA; GOMES, 2000)

Assim, os três estilos propostos inicialmente pela autora foram transformados em quatro, passando a serem definidos por meio das dimensões de exigência e responsividade.⁴

A dimensão exigência (*demandingness*) diz respeito ao controle do comportamento e ao estabelecimento de metas e padrões de conduta que inclui todas as atitudes dos pais que buscam de alguma forma controlar o comportamento dos filhos, impondo-lhes limites e estabelecendo regras. [...] a dimensão responsividade (*responsiveness*), cujo termo origina-se na perspectiva etológica e diz respeito à sincronicidade entre comportamento de filhos e de cuidadores, está relacionada à capacidade dos pais em serem contingentes ao atender às necessidades e às particularidades dos filhos (Darling & Steinberg, 1993) (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004, p. 2).

Ainda, mencionando características da dimensão responsividade, Maccoby e Martin (1983) acrescentam que nesta dimensão os pais se mostram amorosos, responsivos e envolvidos com os filhos. Articulando com os estilos propostos por Baumrind (1966), Maccoby e Martin (1983), os definem como quatro estilos de criação de filhos pelos pais: autoritativo (níveis altos de exigência e responsividade); autoritário (nível alto de exigência e baixo de responsividade); indulgente (nível alto de responsividade e baixo de exigência); e negligente: (níveis baixos de exigência e responsividade).

Embora vários estudiosos internacionais sobre o assunto tenham desenvolvido instrumentos para analisar os estilos parentais, pesquisadores brasileiros (COSTA; TEIXEIRA; GOMES, 2000; TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004; GOMIDE, 2006) também aprimoraram instrumentos, com o intuito de estudar os padrões de interação familiar e de aprimorar as interações familiares em relação à educação dos filhos.

Um instrumento que também é utilizado com esta proposta é o Inventário dos Estilos Parentais (IEP), desenvolvido por Gomide (2006), que consiste num questionário com 42 perguntas que poderá ser respondido tanto pelos pais como pelos filhos. Este questionário é composto por seis perguntas que avaliam cada uma das práticas parentais positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e as práticas negativas (abuso físico, disciplina relaxada, monitoria negativa, negligência e punição inconsistente). As respostas são dadas em uma escala de Likert de três pontos, na qual o resultado se dará por meio da subtração da soma das práticas negativas da soma das positivas. Por exemplo, quando as práticas negativas superam as positivas o resultado será um índice de estilo parental negativo. Assim, será obtido o escore em relação ao estilo parental (ótimo, regular acima da média, regular abaixo

⁴ Termos correspondentes a *demandingness* e *responsiveness* respectivamente, no original em inglês.

da média e de risco) materno e paterno. Este instrumento foi aplicado por Carvalho e Gomide (2005), avaliando as práticas parentais em 41 famílias de adolescentes em conflito com a lei, com o intuito de verificar se a percepção dos pais coincidia com a dos adolescentes. Os estudos demonstraram que os filhos percebem da mesma forma que as mães e os pais as práticas educativas vigentes na família e ainda, o valor da média dos escores obtidos entre pais e filhos foi do estilo parental negativo, o que indica que são famílias de risco.

A proposta dos autores foi construir instrumentos que pudessem indicar possibilidades de desenvolvimento de ações e de comportamentos parentais que visassem promover habilidades socialmente aceitas na educação dos filhos. Porém, o Inventário de Estilos Parentais “não especifica outras possíveis dimensões que podem concorrer para um desenvolvimento psicossocial positivo, como sugerem os estudos que têm investigado o amplo construto denominado responsividade” (TEIXEIRA; OLIVEIRA; WOTTRICH, 2006, p. 434).

No primeiro estudo realizado por Costa, Teixeira e Gomes (2000) foi realizada uma adaptação do instrumento norte-americano (LAMBORN et al., 1991) aplicado em uma amostra de adolescentes. A mesma mostrou-se limitada em alguns conteúdos, principalmente na escala de exigência, pois os itens da escala haviam sido apenas adaptados do inglês, sem levar em consideração peculiaridades específicas da nossa cultura. Essa primeira versão do instrumento (escala de Likert) era composta de algumas frases do cotidiano (voltadas para a educação dos filhos) que foram respondidas por adolescentes em relação aos seus pais.

Na segunda versão, intitulada como “Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebida na adolescência” (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004), aplicou-se o instrumento em 550 adolescentes, vinculados às escolas de ensino fundamental e médio, com idades entre 14 e 19 anos. Este estudo teve como prerrogativa avaliar a consistência desta escala para avaliar os estilos parentais. A escala, após várias análises de consistência e conteúdo, ficou constituída por 24 frases, sendo 12 relacionadas à exigência e 12 à responsividade. Dentre outros resultados ressalta-se que

[...] as mães foram percebidas como mais responsivas e exigentes do que os pais, tanto pelas filhas quanto pelos filhos. Esses resultados podem estar confirmando uma maior proximidade da mãe com os filhos, apontada em estudos anteriores (Baumrind, 1991; Claes, 1998; Russell, 1997), nos quais as mães aparecem como bastante envolvidas na educação e desenvolvimento dos filhos, suplantando em muitos aspectos a participação paterna. [...] As meninas perceberam maiores níveis de exigência materna e paterna e maior responsividade materna do que os meninos. Esses dados são congruentes com as pesquisas anteriores que apontam que os pais (especialmente as

mães) tendem a ser mais responsivos e exigentes com as meninas (Baumrind, 1991; Noller, 1994) e que as meninas seriam, de forma geral, mais sensíveis e teriam maior poder de discriminação na percepção e descrição das interações familiares (Costa, Teixeira & Gomes, 2000; Paulson & Sputa, 1996) (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004, p. 9).

Esses estudos mostraram-se importantes na construção e investigação da influência do comportamento dos pais sobre os filhos adolescentes.

Para que os pais possam exercer a função de educadores ou mesmo contribuir para a saúde mental de seus filhos, seria importante, de acordo com as pesquisas, equilibrar os estilos parentais de exigência e responsividade; para tanto, pensa-se que estes devem ser investidos de autoridade, o que provavelmente vem do conhecimento e da experiência de vida. Sendo assim, Valente e Waideman (2005, p. 126) reforçam que “a autoridade do conhecimento constitui o eixo do poder parental. Um poder que coloca limites, que dá a noção de realidade”.

Segundo Hutz e Bardagi (2006), os estilos parentais apresentam algumas características que influenciam nos comportamentos dos filhos, sendo que:

- os pais com o estilo parental autoritativo estabelecem conduta, valorizam o respeito às regras e reconhecem as qualidades, as competências e demonstram interesse pelas vidas dos filhos. Esse estilo tende a favorecer no comportamento dos filhos a independência, cooperação, maturidade psicossocial e sucesso acadêmico;
- no estilo autoritário, os pais tendem a agir de forma rígida, buscando a obediência, o respeito pela ordem, tradição, autoridade e não valorizam o diálogo. Os filhos, neste estilo, geralmente, apresentam-se com baixa autoestima, maior hostilidade, maior índice de ansiedade e depressão, medo, frustrações, insegurança, baixos índices de problemas de comportamento e altos índices de desempenho acadêmico;
- os pais, no estilo indulgente, raramente fazem exigências e oferecem apoio afetivo incondicional e os filhos educados neste estilo, tendem a apresentar maior agressividade, pouco envolvimento em atividades escolares, bons índices de autoestima, bem-estar psicológico, maior imaturidade e altos índices de problemas de comportamento;

- os pais considerados como negligentes não apresentam nenhum tipo de exigência e ainda não são afetuosos. Filhos criados neste estilo, geralmente apresentam os piores índices de ajustamento entre os quatro outros estilos, menores índices de competência social e cognitiva e maiores índices de problemas de internalização e comportamento.

Validando o que se discorreu até aqui, cabe relatar alguns resultados de pesquisas que demonstram a importância dos estilos parentais no comportamento dos filhos.

De acordo com Reichert e Wagner (2007), o adolescente para ingressar na vida adulta deve adquirir competência como a autonomia, que é definida como uma habilidade para pensar, sentir, tomar decisões e agir por conta própria. As autoras apontam que o desenvolvimento desta competência parece estar relacionado com os estilos educativos adotados pelos pais. Neste estudo, realizado com 168 jovens, os resultados apontaram que, na maioria dos pais, na percepção do adolescente, são considerados, em relação aos estilos parentais, como negligentes e autorizantes (autoritativos). Os valores encontrados evidenciam que grande número dos jovens percebem sua mãe (36.3%) e seu pai (35.1%) como sendo pouco responsivos e pouco exigentes na relação educativa. Quanto ao estilo parental autorizante foram encontrados os valores de 29.0% para os pais e 32.1% das mães. Destacou-se também que os pais têm o mesmo nível de exigência tanto para os meninos quanto para as meninas, porém na dimensão responsividade, os dados mostraram que os pais apresentam-se mais responsivos com os filhos do que com as filhas. Foi observado também, nesta amostra, que um dos fatores que parece interferir na relação pais e filhos no sentido de enfraquecê-la é o fato de a maioria dos pais trabalharem fora (63.7%), estando menos disponíveis para os filhos. Não se evidenciou correlação entre estilos parentais e autonomia nesta amostra, mas pode-se considerar que a mãe é a figura mais presente no processo de educação dos filhos. Na conclusão deste estudo foi citado que o equilíbrio de ambos os pais em relação aos estilos parentais é considerado como um fator de proteção, visto o bom desempenho acadêmico dos adolescentes da amostra.

Em outra pesquisa, com o intuito de avaliar as possíveis correlações entre os estilos parentais percebidos pelos adolescentes e seus níveis de indecisão profissional, ansiedade e depressão, Hutz e Bardagi (2006) realizaram um estudo com 467 adolescentes com idade entre 15 e 20 anos. Consideraram que neste período da adolescência os pais exercem um papel fundamental no âmbito vocacional. Obtiveram como resultado que filhos de pais com os estilos parentais autoritários e negligentes apresentaram maior nível de

depressão e ansiedade que os outros. De forma geral, as meninas demonstraram maiores níveis de exigência e responsividade por parte da mãe que os meninos e apresentam também uma tendência a descrever o pai como mais exigente. Em relação à indecisão profissional, não foram encontradas correlações, entretanto, pôde-se observar a importância das interações familiares para o entendimento de como esta indecisão profissional está sendo vivenciada.

Outras pesquisas, tais como as realizadas por Weber e colaboradores, mostram a importância dos estilos parentais no desenvolvimento de crianças e de adolescentes:

- estilos parentais e otimismo de crianças: foi investigado se o otimismo da criança (280 alunos de idade entre nove e 12 anos) está relacionado aos estilos parentais. O estudo mostrou que 54.0% das crianças otimistas são filhos de pais participativos ou autoritativos, 7.0% de pais autoritários, 29.0% de pais negligentes e 11.0% de pais permissivos (WEBER; BRANDENBURG; VIEZZER, 2003, p. 71-79);
- estilos parentais e autoestima de adolescentes: constatou-se que 63% dos adolescentes com autoestima elevada eram filhos de pais com o estilo parental participativo ou autoritativo, 11.0% filhos de pais autoritários, 5.0% de pais negligentes e 21.0% de pais considerados permissivos (WEBER; STASIACK; BRANDENBURG, 2003, p. 95-105).

Em um outro estudo de Weber et al (2006), no qual se objetivou investigar a transmissão intergeracional dos estilos parentais em 21 mulheres, respeitando a linearidade trigeracional, concluiu-se que, apesar das influências científicas, a transmissão intergeracional de estilos parentais aparece com um índice de 91.7% e para 8.3% dos sujeitos analisados a transmissão dos estilos parentais não foi efetivada. De acordo com as autoras, a hipótese é a de que nesses últimos sujeitos houve interferências das mudanças socioculturais, dos conhecimentos científicos ou ainda, a influência e o suporte dos companheiros.

Steinberg (2001) apresenta uma coletânea de idéias que surgiram nos últimos 25 anos sobre o desenvolvimento de adolescentes no contexto familiar, salientando que adolescentes criados em lares de estilo parental autoritativo apresentam menos depressão e ansiedade, maiores notas na escola, maior autoconfiança e autoestima e ainda são menos propensos a comportamentos anti-sociais, delinquência e drogas. O autor menciona que não conhece nenhum estudo que indique que os adolescentes criados em outros estilos se saem

melhor em suas habilidades, independente de sua origem racial, social ou mesmo do estado marital de seus pais.

Pode-se observar, mediante os resultados das pesquisas, que parece ser indiscutível a importância das relações parentais e que o estilo parental autoritativo (BAUMRIND, 1966, 1971; STEINBERG, 2001; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2002; WEBER; BRANDENBURG; VIEZZER, 2003; WEBER; STASIACK; BRANDENBURG, 2003; TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004; HUTZ; BARDAGI, 2006) mostrou ser o mais adequado para uma educação saudável dos filhos. Neste sentido, os pais precisam ser firmes em relação à certa autoridade, ou seja, ao nível de exigência e ao mesmo tempo responsivos no respeito e compreensão dos direitos dos filhos. Para Costa, Teixeira e Gomes (2000, p. 466),

[...] A exigência parental inclui todas as atitudes dos pais que buscam de alguma forma controlar o comportamento dos filhos, impondo-lhes limites e estabelecendo regras. Já a responsividade refere-se àquelas atitudes compreensivas que os pais têm para com os filhos e que visam, através do apoio emocional e da bi-direcionalidade na comunicação, favorecer o desenvolvimento da autonomia e da auto-afirmação dos jovens.

Como se vê, os estilos parentais estão intimamente relacionados à questão de limites e ao modo como os pais estão comportando-se em relação à educação dos filhos.

Os pais parecem estar deparando-se com a dificuldade de estabelecer limites e exercer sua autoridade, sendo muito permissivos na educação de seus filhos (ARAÚJO, 2007), o que acaba por prejudicar o processo de seu desenvolvimento social. Tal questão vem sendo discutida por várias teorias, mas, principalmente, pela psicanálise e construtivismo piagetiano.

A construção dos limites na educação, fazendo uso do referencial psicanalítico, perpassa pela relação parental, na qual o adulto articula a imposição de uma série de comportamentos como o ato de ajudar a criança a construir-se respeitando a si mesma e aos outros. Este processo se dá por meio da assimilação do princípio da realidade, isto é, consideram-se os desejos da criança (princípio do prazer), porém, nem sempre, os mesmos poderão ser realizados (princípio da realidade) (DOLTO, 1998).

Para Zimerman (2009, p. 116), a função dos pais é a de evitar a absoluta predominância do princípio do prazer no desenvolvimento da personalidade. Considera que

“A passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade, necessariamente, implica o dever de os pais e os educadores em geral saberem impor as necessárias frustrações, sendo que, entre essas, a principal e mais freqüente consiste na adequada colocação de limites.”

Na concepção piagetiana, a obediência às regras e à ordem social faz parte da construção da moralidade (ARAÚJO, 2007). Segundo esta autora, Piaget:

[...] indica duas etapas distintas e complementares na constituição do desenvolvimento moral, que são a heteronomia e a autonomia. Na heteronomia as regras e valores morais são estabelecidos por um adulto ou uma figura de autoridade e as crianças obedecem, em uma relação de respeito unilateral. Já na autonomia requer maior amadurecimento e as regras são estabelecidas através de consentimento mútuo. Os atos morais são valorizados por si mesmos, independentes de conseqüências ou punições. Na autonomia, as relações sociais baseiam-se na cooperação e no respeito mutuo de forma gradual e progressiva (ARAÚJO, 2007, p.16).

Ainda em relação à autonomia, La Taille (2002a) diz que hoje as crianças têm muito mais liberdade de escolhas do que tinham anos atrás. Os adultos parecem não ter tanta certeza do que pode ser certo ou errado em relação à educação, portanto parecem colocar menos limites aos filhos. La Taille (2002a, p.31) salienta essa conduta dizendo que o resultado prático é “que os jovens acabam por não ter contato com a moral, com os deveres, uma vez que os adultos, de medo de se imporem, silenciam sobre os seus próprios valores”.

Sob essa ótica, os limites na educação são, sem dúvida, fundamentais na formação do indivíduo, de acordo com os estudos realizados por La Taille (1998). O autor sugere a existência de três conceitos de limites: o limite a ser imposto, o limite a ser transposto e o limite a ser respeitado.

O primeiro, limite a ser imposto, é “[...] um tipo bem específico de limite que a criança precisa construir e aprender a defender: aquele que preserva sua intimidade” (LA TAILLE, 1998, p. 12).

O segundo conceito, limite a ser transposto, fundamenta-se na idéia de desenvolvimento difundida por Piaget, à qual La Taille (1998, p. 14) se reporta: “[...] não é a pura maturação biológica que explica o desenvolvimento, mas sim as múltiplas interações com o meio físico e social.”

Partindo desse princípio sobre o desenvolvimento humano, o limite é visto como uma fronteira a ser transposta. Assim, para que se possa atingir a maturidade ou buscar a

excelência, é preciso ultrapassar fronteiras, desafiar-se, pois "desenvolver-se é superar limites, transpô-los" (LA TAILLE, 1998, p. 15). Dentro desse conceito de limite, a educação moral da criança: "[...] em vez de ser uma constante imposição de limites, só terá êxito se também for um estímulo a transpor aqueles que a separam do exercício das virtudes [...] para fazê-la viver a moralidade como busca de dignidade, de auto-respeito" (LA TAILLE, 1998, p. 50).

O terceiro conceito, limite a ser respeitado, ao contrário do anterior, denota a necessidade de respeitar as fronteiras e não transpô-las. O autor aponta dois tipos de limites que devem ser respeitados. O primeiro corresponde aos limites físicos, a partir dos quais a criança desde cedo vai aprendendo a "[...] situar sua liberdade em relação às leis físicas" (LA TAILLE, 1998, p. 52), em relação aos limites do próprio corpo.

O homem não tem asas e não pode voar, não tem força bastante para, com as mãos nuas, lutar contra um tigre ou levantar toneladas, não pode correr além de uma certa velocidade, não pode sobreviver sem comer e beber, etc. (LA TAILLE, 1998, p. 51).

Portanto, o limite a ser respeitado tem origem externa ao indivíduo: é e deve ser, em certa medida, "imposto" a ele pela autoridade do adulto. E,

[...] se os adultos não desempenham essa função de autoridade, para Freud, não inspirarão medo, para Durkheim, não desenvolverão, na criança, o espírito de disciplina e, para Piaget, não desencadearão nela o surgimento do sentimento do respeito moral (LA TAILLE, 1998, p. 92).

Nesta abordagem, os limites têm sentido tanto de restrição como de superação e parecem ser construídos na interação entre os adultos e as crianças, restrição em relação à sociedade e proteção à vida e superação no sentido de transpor limites.

La Taille (2002b, p. 25) estabelece que os limites fazem parte de qualquer organização social, podendo ser diferentes de uma sociedade para a outra, ou mesmo serem mais numerosos para certas pessoas do que para outras "[...], mas o fato é que, em qualquer forma de organização social, limites são colocados, deveres são exigidos." Esclarece também, que atualmente se vive numa sociedade com muitos problemas éticos e morais e fala-se muito em colocar limites às crianças para que essas saibam como se comportar, dentro dos padrões da moralidade, ou seja, respeitando seus direitos e cumprindo seus deveres.

Em geral, na maioria das circunstâncias, o que não se pode perder de vista, segundo Pereira (1995), é a necessidade de intervenção e intermediação dos adultos para que se negociem limites com as crianças e jovens. O vínculo professor e aluno, assim como o de pais e filhos, necessita estar constantemente demarcado pelas fronteiras do que é de competência do mundo adulto e do que é de competência do universo infantil.

Tal postura permitirá que não se transfira às crianças determinadas responsabilidades, que envolvem desde o vestir-se, alimentar-se, cuidar de si e dos seus pertences, até a elaboração e cumprimento de regras e normas disciplinares, aplicação de sanções, tanto expiatórias quanto por reciprocidade, pois o que vem ocorrendo, sendo divulgado e discutido por vários teóricos (CALLIGARIS, 1992; LA TAILLE 1996; POSTMAN, 2000; ELKIND, 2004), é a delegação de poderes às crianças e aos adolescentes para os quais eles não estão em condições de assumir e exercer, em nome de uma suposta e equivocada liberdade e autonomia, que pode vir a representar certa dificuldade e desobrigação dos adultos para com o mundo da infância e da adolescência.

Diante do cenário histórico e social que se vivencia hoje, pode-se inferir que as mudanças ocorridas desde a Idade Média até os dias atuais, causaram certo descontrole nas ações familiares, educacionais e sociais. La Taille (1996, p. 22, destaque do autor) em seus escritos sobre a indisciplina e o sentimento de vergonha, resume as conseqüências dessas mudanças:

A família, antes organizada em função dos adultos, passa a ser organizada em função das crianças. Ontem, sair de casa era ganhar a liberdade, hoje significa perdê-la. Daí a atual queixa da falta de limites nas crianças. Os pais e professores têm medo de impô-los porque significaria impor o registro adulto, no qual não acreditam mais. A criança é adulada porque é criança: sua auto-estima já está dada pela própria idade que tem. A força do estuário dobra-se perante a fragilidade da nascente. E a nascente acaba por não ganhar a força do rio, pela simples razão de que nunca encontra um rio. Os pais engatinham na frente dos filhos, brincam de negar as diferenças e de ser apenas ‘amigos’ de suas proleznituras, escondem seus valores por medo de contaminá-las, aceitam seus desejos por medo de frustrá-las. E o fato acaba por se repetir na escola. Troca-se Machado de Assis por histórias de Walt Disney, a Filosofia pelas discussões das crises existenciais, as ordens pelas negociações, a autoridade pela sedução. A escola passa a ser o templo da juventude, não mais o templo do saber.

Com este enfoque, as relações sociais e educacionais parecem não ter acompanhado as mudanças e influências de outros meios de educação: pais com compromissos de ganhar o sustento da casa delegaram para a escola a função de educar seus

filhos e a escola se perdeu na função de ensinar conteúdos e também não deu conta de educar as crianças.

Araújo (2007), em sua Dissertação de Mestrado intitulada como: “Limites na educação infantil: as representações sociais de pais e professores” faz questionamentos sobre educação dos filhos, porém com ênfase nas relações escolares. A autora entrevistou 14 mães de crianças de cinco a seis anos de idade de escolas particulares e oito professoras destas mesmas escolas. Os conteúdos das entrevistas foram transcritos, categorizados e analisados. As categorias que foram analisadas se constituíram tanto para mães como para as professoras em: as manifestações da falta de limites; recursos para construir limites; fatores que interferem nos limites e situações marcantes. Foi observado que a dimensão de limites a serem transpostos, aparece nas narrativas, porém com menor frequência que a dimensão dos limites como fronteiras a serem respeitadas em prol da moralidade. Isso “aparece nas considerações acerca do que são manifestações de falta de limites para as mães e professoras, as quais reúnem condutas de desrespeito ao outro e as regras de forma predominante” (ARAÚJO, 2007, p. 71).

As narrativas também revelaram que as mães e as professoras mencionam a importância do diálogo, mas ao mesmo tempo, afirmaram a necessidade de impor e afirmar a posição de autoridade para que as crianças não invertam os papéis. Complementa ainda, que as mesmas “demonstram muitas dúvidas, culpas e inseguranças, as quais acabam repercutindo no desenvolvimento dos limites das crianças” (ARAÚJO, 2007, p. 72) e que as professoras acreditam que a falta de limites advém da família e que a família não considera a escola como aliada na educação das crianças. As mães consideram que “o contexto escolar e suas influências são os fatores que mais interferem e prejudicam a construção dos limites dos filhos”. (ARAÚJO, 2007, p. 72). Por fim, a autora faz observações a respeito de que os papéis do pai e da mãe aparecem nos discursos das mães como diferenciados, nas quais as mães exercem papéis principais na educação dos filhos.

Esta pesquisa representa a possibilidade de abrir novos questionamentos sobre as condutas dos adultos na educação dos filhos.

Nota-se que os pais tornaram-se permissivos e sentem-se culpados, sem saber qual o referencial de educação seguir; as crianças acabaram assumindo responsabilidades para as quais não estão emocionalmente preparadas e a escola, também enfraquecida nas suas funções, parece não conseguir impor aos alunos a importância do saber.

Portanto, faz-se urgente restabelecer o fio condutor, os trilhos que conduzem à harmonia, ou, pelo menos, uma relação de respeito mútuo na qual não se pode perder de vista a intervenção e a intermediação dos adultos, pois para Franarin e Furtado (2009, p. 42), “fica cada vez mais claro, porém, que nossas crianças podem ser rios caudalosos, encantadores e ricos em sua natureza, mas destruidores se não tiverem margens definidas e protetoras”.

Para que esta intermediação ocorra, Mondin (2008) enfatiza que seria interessante que os pais tivessem acesso a outras práticas educativas para auxiliá-los no desenvolvimento de habilidades sociais em seus filhos, além de manter uma dinâmica familiar com responsividade, afeto e comprometimento.

Os conceitos de estilos parentais e práticas educativas são muitas vezes tratados como sinônimos na literatura, outras, como construtos diferentes, contudo, ambos se referem ao processo de socialização das crianças e adolescentes, estando estreitamente interligados. Para tanto, Darling e Steinberg (1993) conceituaram os estilos parentais como um conjunto de atitudes dos pais em relação à criança, que define o clima emocional no qual as práticas parentais se expressam.

Pacheco, Silveira e Schneider (2008) desenvolveram estudos para discutir esta relação entre práticas educativas e os estilos parentais por meio de dados colhidos com 20 adolescentes com idade de 15 a 19 anos, estudantes de escolas particulares. Os resultados obtidos evidenciaram a interligação dos conceitos de práticas educativas e estilos parentais. A análise combinada para pai e mãe mostrou que os casais são percebidos pelos adolescentes como mais responsivos do que exigentes, sendo que os estilos que mais se destacaram foram os de autoritativos e negligentes, o que está de acordo com outros estudos realizados. Cabe salientar que as mães obtiveram médias mais altas nas duas dimensões. Em relação à responsividade paterna e materna, correlacionaram-se as seguintes categorias de práticas educativas: - positivas: envolvimento positivo com a criança, a criança como centro, aceitação da criança como pessoa, sensibilidade para os sentimentos da criança, aceitação da autonomia, divisão na tomada de decisões e intromissão; - negativas: manter a disciplina de forma consistente e controle da culpa.

Na percepção dos adolescentes houve um destaque para a responsividade paterna, a qual se relacionou positivamente com a aceitação da autonomia e divisão na tomada de decisões e negativamente com a intromissão, facilitando as condutas autônomas e de independência. Na dimensão da exigência, tanto para os pais como para as mães, correlacionou-se com as categorias de práticas educativas: “manter a disciplina de forma

consistente” e “controle através da culpa”, o que pode ser explicado, na percepção dos adolescentes, pela presença do elemento punição, utilizada pelos pais quando os mesmos não cumprem as regras ou ordens estabelecidas. Enfim, neste estudo demonstrou-se que a interligação dos construtos entre os estilos parentais e práticas educativas é possível de ser correlacionada a fim de dar maior visibilidade ao comportamento dos pais em relação aos adolescentes.

Embora os pais possam ser diferentes no modo como eles tentam controlar ou socializar os seus filhos e em que medida os fazem, presume-se que o papel primordial de todos eles seja o de ensinar os seus filhos, enfim, educá-los, como demonstram os estudos. Isto significa manter um equilíbrio entre exigência e responsividade, ou melhor, pais que se caracterizam pelo estilo parental autoritativo, pois, de acordo com as pesquisas, este estilo parece estar relacionado à competência social, autoestima, desempenho acadêmico, otimismo, menores níveis de ansiedade, depressão e stress (BAUMRIND, 1966, 1971; STEINBERG, 2001; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2002; WEBER; BRANDENBURG; VIEZZER, 2003; WEBER; STASIACK; BRANDENBURG, 2003; TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004; HUTZ; BARDAGI, 2006).

CAPÍTULO IV
METODOLOGIA

O presente trabalho objetivou identificar os estilos parentais no contexto familiar e se caracteriza como um estudo de caso de caráter quanti-qualitativo.

O enfoque dado ao adolescente e suas famílias, nesta pesquisa, deve-se ao grande número de atendimentos de pais que apresentam dificuldades nas relações com os filhos, nos Programas Sociais, especificamente do Programa Adolescer, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Assis - SP.

Considerando essa população a ser investigada, torna-se necessário mencionar que o campo a ser estudado faz parte do cotidiano profissional, o que segundo Alves-Mazzotti e Gewndsznajder (1998) é essencial para a formulação de um problema original e relevante.

[...] a escolha do campo onde serão colhidos os dados, bem como dos participantes é proposital, isto é, o pesquisador os escolhe em função das questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos (ALVES-MAZZOTTI; GEWNDZSNAJDER, 1998, p. 162).

4.1 População alvo

Fizeram parte deste estudo 62 adolescentes, de 12 a 17 anos⁵, sendo 40(64.5%) meninos e 22(35.5%) meninas, que responderam à escala de responsividade e exigência (Anexo C) e suas respectivas famílias, que foram caracterizadas por análise documental, conforme ficha do Anexo D.

As famílias dos adolescentes deste estudo, além de serem compostas por arranjos familiares diversos, estão inseridas num contexto de alta vulnerabilidade social. Isto significa que as mesmas residem em bairros periféricos do município, em áreas com focos de drogadição, considerados como territórios críticos (Anexo A) pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (SÃO PAULO, 2000), no qual são considerados fatores geradores desta vulnerabilidade: moradias precárias, baixa renda familiar, drogadição, pouca ou nenhuma qualificação profissional, pois sobrevivem de subempregos (trabalhadores rurais,

⁵ Conforme pontua o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Art. 2º [...] adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

catadores de materiais reciclados, entre outros) e necessitam de intervenções assistenciais para o seu sustento.

Os adolescentes participam de várias atividades do programa, que serão mencionadas abaixo, e são acompanhados diariamente por profissionais de Educação Física, Serviço Social e Psicologia, além dos estagiários e das parcerias firmadas para a realização das atividades profissionalizantes. Os mesmos participam das atividades propostas pelos profissionais e verifica-se que os adolescentes apresentam maior resistência em participar dos cursos profissionalizantes, em relação às outras atividades, sendo esta a principal queixa dos professores. Observou-se também que, de modo geral, o envolvimento dos pais em relação ao acompanhamento dos filhos no programa é muito distante, sendo que quando comparecem, é para solicitar a retirada do filho de alguma atividade que o mesmo não está gostando. Salienta-se que na maioria das vezes quem participa das reuniões socioeducativas são as mães e também são as mesmas que comparecem com maior frequência para solicitar informações sobre os filhos, principalmente as mães dos meninos.

Será apresentada a seguir a caracterização do Programa *Adolescer*, ao qual pertencem os adolescentes, participantes da presente pesquisa.

*4.1.1 Caracterização do Programa *Adolescer**

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Assis, segundo documentos internos da própria Secretaria, tem como diretriz fundamental propor ações de enfrentamento à exclusão de parcelas da população, principalmente crianças e adolescentes que residem em territórios críticos (Anexo A) do município. Neste sentido, foram criados espaços em que crianças e adolescentes em risco pessoal e social pudessem vivenciar atividades sadias, contribuindo para seu desenvolvimento global e sua inclusão social. Para tanto, caracterizar-se-á o Programa *Adolescer*, foco da investigação em estudo.

O Programa *Adolescer* possui capacidade de atendimento de 100 adolescentes/dia e se caracteriza como um programa após o horário escolar; desenvolve-se no espaço físico da Secretaria Municipal de Assistência Social de Assis, que conta com uma área composta por quadras poli esportivas, sede social com várias salas adequadas para o desenvolvimento das atividades, descritas em cronograma específico, além de vestiários masculinos e femininos.

Outros recursos da comunidade também são utilizados, de acordo com as necessidades, tais como: escolas de ensino profissionalizante, centros de saúde, centros odontológicos, entidades sociais, pronto socorro, rede pública de ensino, serviços municipais em geral e outros.

O objetivo geral do programa é oferecer atividades de ações complementares à escola e de apoio psicossocial e sócio familiar aos adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses, prioritariamente aqueles em situação de risco pessoal e social.

Ações referentes às práticas de educação, cultura, esportes e cursos profissionalizantes:

- Atividades Esportivas: São desenvolvidas diariamente atividades como: futebol, vôlei, basquete e outros, visando aos desenvolvimentos físico e motor dos adolescentes, respeitando sua faixa etária e habilidade.
- Atividades de Lazer e Recreação: São realizados campeonatos de futebol, damas, xadrez; gincanas; visitas a museus e exposições artísticas; passeios ecológicos ao Parque “João Domingos Coelho” e Horto Florestal e comemorações em datas festivas e cívicas.
- Orientação Psicológica: Esta atividade se organiza conforme a demanda e especificidade dos casos, podendo haver atendimentos individuais, caso necessário, e ainda atendimentos grupais em parceria com a UNESP-Assis, com a realização de grupos temáticos.
- Cursos Profissionalizantes: São realizados cursos profissionalizantes como: marcenaria, cabeleireiro, eletricista residencial, desenho técnico, artesanatos e informática, com o objetivo de preparar o adolescente para o mercado de trabalho.
- Ações socioeducativas com a família:
 - mapeamento sócio-econômico das famílias;
 - encaminhamento a recursos da comunidade;
 - reuniões de pais e palestras sócio-educativas;
 - visitas domiciliares;
 - atendimento e orientação psicológica;

- encaminhamento e acompanhamento das famílias nos cursos voltados para geração de renda.

4.2 Instrumentos de pesquisa

Segundo Minayo (1994), várias são as possibilidades que o pesquisador poderá utilizar para colher os dados necessários para responder sua questão de pesquisa e isso irá depender da sua criatividade e principalmente do seu referencial teórico.

Na coleta de dados científicos o pesquisador, através de sua criatividade, poderá escolher qual a técnica que melhor se adapta aos seus questionamentos.

Neste estudo, foi utilizada uma escala (Anexo C) que avalia os estilos parentais.

[...] A abordagem dos estilos parentais tornou-se uma das mais utilizadas formas de investigação acerca das interações socializadoras na família e sua influência sobre os filhos ao longo do tempo. Por ser uma abordagem objetiva, parcimoniosa e centrada em aspectos principais como o controle (exigência) e o afeto (responsividade) disponibilizados pelos pais, possibilita fácil operacionalização e já produziu resultados importantes na pesquisa em psicologia (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004, p. 3).

Tal instrumento foi elaborado inicialmente por autores americanos e adaptado por brasileiros, conforme descreveremos a seguir.

A autora que iniciou os estudos desta linha de pesquisa sobre educação pais-filhos foi Baumrind (1966), que propôs o estilo autoritativo como melhor forma de controle dos filhos. Assim, o estilo autoritativo ficou mais bem compreendido quando os estilos parentais passaram a ser estudados por meio de duas dimensões: exigência e responsividade (BAUMRIND, 1971; MACCOBY; MARTIN, 1983), às quais se combinam para classificar quatro tipos de estilos: autoritativo (exigente e responsivo); negligente (pouco exigente e pouco responsivo); autoritário (exigente e pouco responsivo); permissivo (responsivo e pouco exigente).

Lamborn e cols. (1991) desenvolveram duas escalas, uma de responsividade e outra de exigência. A escala de responsividade mede o quanto o adolescente percebe seus pais como amorosos, responsivos e envolvidos. A escala de exigência mede o

quanto os pais monitoram e supervisionam o adolescente. A combinação das dimensões permite classificar o estilo parental dos pais (WEBER et al, 2004, p.324).

Essa escala se propõe a ser um instrumento de auto-relato, conforme pontua Costa, Teixeira e Gomes (2000), pesquisadores que traduziram, aperfeiçoaram e validaram esse instrumento no Brasil.

Posteriormente, os pesquisadores Teixeira, Bardagi e Gomes (2004) propuseram um refinamento das duas escalas de responsividade e exigência parental percebidas na adolescência, tendo em vista o reconhecimento da necessidade de tornar o instrumento mais abrangente em seu conteúdo.

Para tanto, a escala que utilizaremos nesta pesquisa, faz parte deste último estudo validado para a avaliação dos estilos parentais, conforme Anexo C.

As respectivas famílias dos adolescentes foram caracterizadas a partir dos prontuários cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social de Assis, conforme Anexo D.

4.3 Procedimentos

Os dados foram colhidos na própria Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Assis - SP, especificamente nas instalações do Programa Adolescer, programa este que atende em média 100 adolescentes por dia, contudo, 62 aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Para apresentação do presente estudo foi realizada uma reunião com todos, onde foram esclarecidos os objetivos e formalizados os convites para a participação no mesmo. Sendo assim, aqueles que aceitaram o convite, receberam o termo de consentimento livre e esclarecido, que foi lido e assinado pelos mesmos e levado para que seus pais autorizassem e ratificassem a participação na pesquisa.

Realizou-se, num primeiro momento, a caracterização das famílias dos adolescentes, por meio de análise documental, conforme Anexo D. A seguir foi solicitado aos adolescentes participantes da pesquisa que respondessem o instrumento - escala de responsividade e exigência (conforme protocolo Anexo C) no qual deveriam avaliar pai e mãe (ou figuras de referência) separadamente. Entendeu-se como relevante que fossem

mencionadas as figuras de referência, pois muitos dos adolescentes residem com outras pessoas que exercem os papéis ou funções de pais e mães.

Os resultados da escala de exigência e responsividade foram tabulados quantitativamente (escala Likert de cinco pontos) por meio de um programa de análise estatística, indicando (separadamente para pai e mãe) a intensidade ou frequência das atitudes e comportamentos descritos nas frases, como realizado no trabalho de Teixeira, Bardagi e Gomes (2004), no qual os escores representam a soma dos itens que compõem cada uma das escalas. No caso dos escores combinados, foram somados os itens referentes a pais e mães possibilitando as configurações referentes aos estilos parentais.

CAPÍTULO V
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o contexto de mudanças no desenvolvimento do adolescente e ainda as dificuldades apresentadas pelas famílias, deste estudo, relacionadas ao estabelecimento de regras e limites no contexto familiar, propôs-se, como objetivo principal desta pesquisa, identificar os estilos parentais característicos das famílias selecionadas, a partir da ótica do adolescente. Os dados coletados, mediante as informações contidas nos prontuários e a aplicação da escala de exigência e responsividade foram submetidos à análise documental e ao tratamento estatístico visando a caracterizar os adolescentes, definir suas configurações familiares e os estilos parentais.

A análise documental forneceu a possibilidade de se caracterizar a configuração familiar dos adolescentes. Foi realizada uma análise exploratória dos dados para caracterizar os adolescentes da pesquisa.

Fizeram parte desse estudo 62 adolescentes, de 12 a 17 anos⁶, sendo 40(64.5%) meninos e 22(35.5%) meninas, que responderam à escala de responsividade e exigência (conforme, Anexo C) e suas respectivas famílias, que foram caracterizadas por análise documental, conforme ficha do Anexo D⁷. Os mesmos se caracterizaram como de alta vulnerabilidade social, residentes em bairros periféricos da cidade, considerados como territórios críticos, tal como apontado pelo mapa (Anexo A).

Para identificar o rendimento escolar dos adolescentes foram utilizadas as respostas aos itens de identificação do Anexo D, no qual constam a idade (data de nascimento) e a série escolar que estão cursando, apresentadas na Tabela 1, a seguir:

⁶ Conforme pontua o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Art. 2º [...] adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (BRASIL, 1990)

⁷ Os nomes foram omitidos para a transcrição dos dados.

Tabela 1. Série Escolar, Assis (n = 62), 2008.

Série escolar	n (%)
3ª E.F.	1 (1.6)
4ª E.F.	1 (1.6)
5ª E.F.	4 (6.5)
6ª E.F.	10 (16.1)
7ª E.F.	6 (9.7)
8ª E.F.	13 (21.0)
1º E.M.	17 (27.4)
2º E.M.	7 (11.3)
3º E.M.	3 (4.8)
Total	62(100.0)

E.F. - Ensino Fundamental

E.M. - Ensino Médio

Vê-se na Tabela 1 que a maioria dos adolescentes ainda frequenta o Ensino Fundamental 35 (56.5 %), sendo que, desses, 13 (21.0 %) estão na 8ª série e 10 (16.1%) estão na 6ª série. Dos que frequentam o Ensino Médio 27 (43.5 %), 17 (27.4%) estão na primeira série.

Para a elaboração da Tabela 2, abaixo, foi considerada a correspondência entre a idade e a série escolar, adotando o critério de início escolar aos 7 anos de idade (1ª série).

Tabela 2 - Compatibilidade entre idade e série escolar, Assis (n = 62), 2008.

Série correspondente à idade	Total n (%)	Feminino n (%)	Masculino n(%)
Compatível	39(62.9)	15(68.2)	24 (60%)
Não Compatível	23(37.1)	7 (31.2)	16 (40%)
Total	62(100.0)	22 (100.0)	40 (100.0)

Como se observa, 39(62.9%) dos adolescentes estão na série correspondente à sua idade, enquanto que o restante, ou seja, 23 (37.1%) apresentou defasagem escolar.

Verifica-se ainda que quando se considera o gênero, das 22 meninas, 15 (68.2%) superam os meninos 24 (60.0%) quanto à correspondência entre idade e série escolar.

Conforme apontado pelas pesquisadoras Reichert e Wagner (2007), o melhor rendimento escolar poderia estar associado ao estilo parental autoritativo, sugerindo que tal como nossos dados, estudos específicos precisam ser conduzidos para averiguar esta correlação. Outra possibilidade seria a de testar a diferença entre os gêneros, na medida em que as meninas aparecem com maior rendimento escolar que os meninos, nesta amostra.

A configuração familiar dos adolescentes, estabelecidas por meio da análise dos prontuários, revelou que, do total de participantes (n=62), 34(54.8%) não possui pai residindo na mesma casa [sendo 12(54.5%) meninas e 22(55.0%) meninos] e 3(4.8%) não possui mãe [sendo 2 meninas (9.1%) e 1 menino (2.5%)]. Quase a metade da amostra, 28 (45.2%) são famílias compostas pelo pai e pela mãe, 3 (4.8%) não possuem nem pai e nem mãe residindo junto com o adolescente, 21 (33.9%) só possuem a mãe e 10 (16.1%) moram com a mãe e o padrasto.

Observa-se, que as famílias se caracterizam, na sua maioria, por uma configuração familiar composta por mãe, filhos e ausência do pai, o que indica uma tendência que vem se intensificando nos últimos anos, ou seja, famílias chefiadas por mulheres. Esses dados vêm confirmar os estudos realizados na atualidade, que dizem que as famílias se configuram por arranjos diversos, independente de laços consangüíneos (GOLDANI, 1993)

Essas mudanças nos arranjos familiares, segundo Bauman (2004) parecem ser facilitadas, pois as relações e vínculos na sociedade moderna se apresentam como líquidos, não permanentes e atados frouxamente, podendo ser desfeitos a qualquer momento e, ainda, conforme cita Goldani (1993), essas transformações das configurações familiares se devem às mudanças nos padrões de comportamento e também ao aumento da expectativa de vida, ou seja, maior longevidade.

Pode-se observar, em relação à Tabela 3, a seguir, que a configuração familiar, tanto dos meninos como das meninas, apresentam diversidades em relação ao vínculo parental, em consonância com os dados mencionados por outras pesquisas como as do IBGE (BRASIL, 2006) e Goldani (1993).

Tabela 3 - Configuração familiar e pessoas economicamente ativas segundo o sexo do adolescente, Assis (n = 62), 2008.

	Meninas (n=22)		Meninos (n=40)	
	Configuração familiar	Trabalhadores	Configuração familiar	Trabalhadores
Mãe	20 (90.9)	14 (70.0)	39 (97.5)	30 (76.9)
Pai	10 (45.5)	10 (100.0)	18 (45.0)	18 (100.0)
Padrasto	3 (13.6)	3 (100.0)	7 (17.5)	7 (100.0)
Avó/Avô	2 (9.1)	1 (50.0)	7 (17.5)	2 (28.6)
Tia/Tio	2 (9.1)	2 (100.0)	5 (12.5)	1 (20.0)
Irmã(ão)	15 (68.2)	1 (6.7)	31 (77.5)	6 (19.4)
Prima(o)	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (2.5)	0 (0.0)
Sobrinha(o)	0 (0.0)	0 (0.0)	2 (5.0)	0 (0.0)

*Dados em n (%).

Foi observado também nesta amostra, conforme os dados da Tabela 3, que do total de mães (n=59), a maioria, 44(74.6%), trabalha; já os pais (n=28) e padrastos (n=10), todos trabalham. O fato dos pais trabalharem fora, de acordo com Pereira (1995) e Reichert e Wagner (2007), pode ser um dos fatores que interfere na relação pais e filhos, no sentido de enfraquecê-la, pois os mesmos ficam poucos disponíveis tanto para cuidar da casa como dos filhos. Tal situação confirma as queixas dos pais, quando dizem que têm que trabalhar para garantir o sustento familiar e que não há tempo para ficar falando sempre a mesma coisa, ou seja, educar e impor limites aos filhos, ficando esta tarefa muitas vezes para a escola ou até mesmo à mídia. Como se refere Postman (2000), os pais estão perdendo, cada vez mais, o controle das informações a que seus filhos ficam expostos e, assim, a mídia vem exercendo um papel que deveria ser da família na formação dos valores e das regras de convivência social.

Complementando esses dados, foram feitas as médias do número total de pessoas que moram na residência e do número de pessoas que trabalham, segundo o sexo do adolescente como mostra a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Distribuição do número de pessoas que moram na residência e do número de pessoas que trabalham segundo o sexo do adolescente, Assis (n = 62), 2008.

	Meninas					Meninos				
	$\bar{x}$	md	dp	min	max	$\bar{x}$	md	dp	min	max
Nº de moradores	3.82	3.50	1.05	3	6	4.43	4.00	1.32	2	9
Nº de trabalhadores	1.41	1.00	0.50	1	2	1.63	2.00	0.74	0	3

$\bar{x}$: média; md: mediana; dp: desvio padrão; min: mínimo; max: máximo.

Vê-se que os meninos apresentaram famílias mais numerosas que as meninas, bem como um número maior de familiares que trabalham. Em relação às famílias numerosas, Cecconello (2003), Predebon e Wagner (2005) associaram-nas como um dos fatores de prevalência de problemas de comportamento em adolescentes e destacaram ainda, como fator de maior risco, o baixo nível socioeconômico que engloba a pobreza, baixa remuneração parental, baixa escolaridade dos pais e também a ausência de um dos pais, aliados ao contexto onde os adolescentes se inserem. Estes dados estão em consonância com as características da amostra desse estudo, no qual se observa que as famílias, além de serem numerosas, residem em bairros periféricos do município, em situação de alta vulnerabilidade social, conforme IPVS (São Paulo, 2000).

Analizou-se ainda, a partir das respostas dos adolescentes à escala de exigência e responsividade, as funções maternas e paternas, ou seja, quais são as pessoas que exercem estas funções nas configurações familiares. A maioria das meninas 19(86.4%) e dos meninos 38(95.0%) se referiu à própria mãe como desempenhando o “papel maternal”. Com relação ao “papel do pai”, 10(55.6%) das meninas se referiam ao próprio pai e 6(33.3%) ao padrasto. Dentre os meninos, 22(71.0%) se referiram ao pai e 6(19.4%) ao padrasto. Outro dado importante, é que do total de meninos, a maioria 25(62.5%) possui pai ou padrasto que efetua a função de pai, enquanto que das meninas somente 13(59.1%) convivem com a figura paterna (pai ou padrasto)(Tabela 3). Diante desses novos arranjos familiares, a figura de referência para os filhos é quem faz a função de imposição do limite, da autoridade e da realidade e ainda a função do cuidado e da afetividade, conforme citam Wagner et al. (2002) e também Zamberlan e Biasoli-Alves (2008).

Os índices de consistência interna (alpha de Cronbach) obtidos na análise da escala de exigência foram: 0.85 para pais e mães combinados; 0.87 para os pais; 0.91 para as

mães. Os índices de consistência interna obtidos na análise da escala de responsividade foram: para pais e mães combinados 0.85; para os pais 0.86 e para as mães 0.90. Os índices encontrados podem ser considerados adequados para as análises realizadas.

Para estudar a existência de diferenças entre os sexos para as variáveis, exigência e responsividade de pais, mães e combinadas, foi utilizado o teste “t” para amostras independentes com nível de significância de 5%. Para verificar a existência de diferenças entre as variáveis exigência e responsividade, para meninos e meninas, foi utilizado o teste t para dados pareados. Também foi utilizado o teste qui-quadrado para investigar possíveis diferenças entre gêneros nas classificações dos estilos parentais (combinação de exigência e responsividade) a partir dos escores combinados de pai e mãe. As análises foram realizadas utilizando-se o SPSS 15.0.

Os resultados da escala de exigência e responsividade foram tabulados quantitativamente, utilizando uma escala Likert de cinco pontos, indicando (separadamente para pai e mãe) a intensidade ou frequência das atitudes e comportamentos descritos nas frases.

A Tabela 5, a seguir, de acordo com as análises feitas por Teixeira, Bardagi e Gomes (2004), mostra as medidas de centralidade e dispersão para as variáveis de exigência e responsividade (de pais, mães e combinada) de acordo com o sexo dos participantes, bem como os resultados para a amostra total.

Tabela 5 - Medidas de centralidade e variabilidade para as Escalas de Exigência e Responsividade, Assis (n = 62), 2008.

Variáveis	Meninas			Meninos			Total		
	md	$\bar{x}$	dp	md	$\bar{x}$	dp	md	$\bar{x}$	dp
Exigência									
Pais ^(*)	23.0	24.2	12.7	35.0	32.1	11.7	32.0	29.2	12.5
Mães	37.5	36.7	7.1	40.5	39.3	6.3	39.0	38.4	6.7
Combinada	60.5	60.4	14.1	71.0	71.3	15.9	66.0	67.3	16.0
Responsividade									
Pais ^(*)	28.0	24.2	14.0	32.0	30.7	12.1	31.0	28.4	13.1
Mães	37.0	36.2	10.0	41.5	40.3	6.3	41.0	38.8	8.0
Combinada	65.5	59.8	19.1	70.0	70.6	16.1	69.0	66.6	17.9

md – mediana; $\bar{x}$ – média; dp – desvio padrão

(*) Dados perdidos: 4 meninas e 9 meninos que não responderam a esta questão

Verificou-se significância estatística no escore médio de exigência para pai e mãe, percebido pelas meninas ($t_{(17)} = 3.326$; $p = 0.004$) e pelos meninos ($t_{(30)} = 3.701$; $p = 0.001$). O mesmo ocorreu para o escore médio de responsividade (pai e mãe) para as meninas ($t_{(17)} = 3.365$; $p = 0.004$) e para os meninos ($t_{(30)} = 4.552$; $p = 0.000$).

Contudo, quando analisados os dados em relação à exigência e responsividade nos gêneros, encontramos escores mais altos nas duas dimensões para os meninos. As meninas perceberam menores níveis de exigência e responsividade materna e paterna do que os meninos. O escore médio de exigência e responsividade combinadas, percebido pelas meninas, foi significativamente, mais baixos do que o dos meninos, ($t_{(47)} = -2.405$; $p = 0.020$) para exigência e ($t_{(47)} = -2.107$; $p = 0.041$) para responsividade. Também se verificou diferença estatisticamente significativa no escore médio de exigência para o pai ($t_{(47)} = -2.206$; $p = 0.032$), em relação aos meninos.

Pode-se notar, quando se compara a dimensão exigência materna, que os meninos apresentam em média escores mais altos (39.3) que as meninas (36.7). Ainda em relação à exigência, agora avaliando o pai, pode-se ver na Tabela 5, que os pais apresentam-se como mais exigentes com os meninos (32.1) do que com as meninas (24.2). Quando se analisa a dimensão responsividade para mãe e pai separadamente, percebe-se que as mães das meninas apresentam escore em média de 36.2 e as mães dos meninos 40.3. Em relação à responsividade paterna, para as meninas encontra-se o escore médio de 24.2 e, para os meninos, 30.7.

De modo geral⁸, dentre outros resultados, tanto meninos como meninas avaliaram que as mães sabem mais aonde os filhos vão quando saem de casa, controlam mais as notas escolares e fazem valer suas opiniões sem discussão. Tal diferença entre pais e mães fica mais evidenciada quando os adolescentes avaliam a figura paterna, pois nessa análise constata-se (focando somente os escores, quase nunca ou bem pouco) que, em algumas questões, a figura masculina apresentou escores bem baixos (0 ou 1), principalmente, na avaliação da maioria das meninas que menciona que seus pais em relação à exigência, em geral, quase nunca controlam as notas no colégio, não fazem valer suas opiniões, cobram bem pouco para que elas sejam organizadas, não apresentam muita firmeza quando impõem alguma coisa e quase nunca punem se desobedecem a orientações. Na dimensão responsividade, têm-se também

⁸ Disponibilizamos no anexo E as análises feitas pelo Programa SPSS 15.0 o qual mostra as respostas dos adolescentes para cada questão da escala de exigência e responsividade (Escala Likert de cinco pontos), com o objetivo de oferecer elementos para uma análise mais detalhada dos dados.

baixos escores para as meninas nas questões: posso contar com sua ajuda caso eu tenha algum tipo de problema; encontra um tempo para estar comigo e fazermos juntos algo agradável; se interessa em saber quando eu ando me sentindo; ouve o que eu tenho a dizer mesmo quando não concorda; está atento(a) às minhas necessidades mesmo que eu não diga nada.

Considerando as médias obtidas, observa-se que a diferença apresentada pelos adolescentes em relação às mães e aos pais é maior quando se trata de exigência e de responsividade materna do que paterna. As mães têm escores mais altos tanto de exigência quanto de responsividade em relação aos filhos, estando congruentes com os estudos de Pacheco, Silveira e Schneider (2008) e com os encontrados na pesquisa de Teixeira, Bardagi e Gomes (2004, p. 9), conforme:

Os resultados obtidos nas comparações dos níveis de exigência e responsividade atribuídos a pais e mães seguiram um padrão já observado em outros estudos (Costa, Teixeira & Gomes, 2000; Honess, Charman, Cicognani, Zani, Xerri, Jackson & Bosma, 1997; Paulson & Sputa, 1996), ou seja, as mães foram percebidas como mais responsivas e exigentes do que os pais, tanto pelas filhas quanto pelos filhos. Esses resultados podem estar confirmando uma maior proximidade da mãe com os filhos, apontada em estudos anteriores (Baumrind, 1991; Claes, 1998; Russell, 1997), nos quais as mães aparecem como bastante envolvidas na educação e desenvolvimento dos filhos, suplantando em muitos aspectos a participação paterna.

Embora culturalmente o papel de impor regras e limites seja relacionado à figura masculina, na prática, como demonstraram as análises deste estudo, é a mãe quem vem assumindo esta função. Estes dados são compatíveis com aqueles encontrados em outras pesquisas como: Baumrind (1991), Wagner et al. (2002), Teixeira, Bardagi e Gomes (2004), Predebon e Wagner (2005), Wagner et al. (2005); Cia et al. (2006), Araújo (2007) e Pacheco, Silveira e Schneider (2008). Neste contexto, as autoras Wagner et al. (2002) salientam a importância da comunicação interpessoal na adolescência e relatam que as mães, além de estarem ocupando o papel da imposição dos limites para os filhos, também foram consideradas pelos adolescentes da pesquisa, como a pessoa que eles mais se comunicam e dialogam na interação familiar.

Isto demonstra que os pais, na percepção dos adolescentes, estão mais exigentes e responsivos em relação aos meninos do que às meninas. Dados estes, diferentes dos encontrados em pesquisas anteriores como enfatizam Teixeira, Bardagi e Gomes (2004, p. 9) a seguir:

Os dados indicando menor exigência e responsividade maternas na percepção dos meninos podem apontar eventuais dificuldades que as mães encontram para lidar com os filhos homens na adolescência. Essas dificuldades podem gerar menor envolvimento materno percebido em geral, caracterizando as mães como negligentes na percepção dos meninos (Conrade & Ho, 2001).

Pode-se atribuir esta discordância às características específicas dos sujeitos deste estudo, ou seja, os adolescentes participam de programas sociais, residem em territórios críticos de alta vulnerabilidade social, em locais que se podem encontrar a predominância da drogadição, entre outros fatores geradores de risco. Sendo assim, é possível que os pais, neste caso, possam estar fazendo maior exigência e responsividade em relação aos meninos, pois as principais queixas e encaminhamentos aos Programas Sociais advêm do sexo masculino, fato este demonstrado pelo número de meninas e de meninos desta amostra. Considerando esta situação de vulnerabilidade, Macedo, Kublikowski e Berthoud (2006) encontraram em seus estudos que os pais com IPVS alto evidenciam maior rigor na imposição de regras, pois consideram que quanto maior o risco ao qual os jovens estão expostos, mais explicitada se torna a importância atribuída à obediência, à boa educação e aos limites, pois na visão deles (pais), tais qualidades quando presentes nos jovens desafiam as crenças que associam a pobreza à delinquência.

Esta divergência dos dados pode ser atribuída ainda à maior convivência dos meninos com a figura paterna, como se pode ver na Tabela 3, em que, os meninos apresentam maior percentual de convivência com a figura paterna, ou seja, do total de 40, 25(62.5%) residem com pai ou padrasto, enquanto que das meninas, somente 13 (59.1%) convivem com a figura paterna (pai ou padrasto). Esta questão é abordada pelas pesquisadoras Wagner et al. (2002) e Zamberlan e Biasoli-Alves (2008), que discutem a importância da figura paterna na relação parental, pois o pai representa para o filho a disciplina, autoridade e valores morais.

Para a construção dos estilos parentais, as medidas de centralidade e dispersão foram calculadas conforme os estudos citados por Teixeira, Bardagi e Gomes (2004, p. 7)⁹, para pais, mães e ambos e foram realizadas comparações (entre os sexos e entre as respostas dadas em relação a pais e mães). “Devem ser desconsiderados, para análise dos estilos

⁹ “Caso haja interesse em estabelecer o estilo parental, tanto de pai ou de mãe quanto combinado, é possível classificar os escores de exigência e responsividade como altos ou baixos a partir das medianas, como realizado em outros estudos (Costa, Teixeira & Gomes, 2000; Pacheco, 1999). Mesmo não favorecendo a criação de grupos típicos de cada estilo, o uso da mediana diminui a exclusão de casos. Lamborn e colaboradores (1991) não encontraram, contudo, diferenças entre os resultados de grupos divididos a partir de tercís ou a partir da mediana” (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004, p. 7).

parentais, aqueles casos cujos escores sejam idênticos aos valores das medianas em responsividade materna, paterna e combinada e exigência materna, paterna e combinada.”

As comparações entre os sexos dos adolescentes, incluídos para esta análise $n=44$ e as respostas mencionadas em relação a pais e mães, são apresentadas na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Estilos parentais para mães, pais e dos dois combinados segundo o sexo do adolescente, Assis ($n = 62$), 2008.

	Autoritativo	Autoritário	Indulgente	Negligente
Mãe				
Menina	4 (19.0)	4 (19.0)	4 (19.0)	9 (42.9)
Menino	15 (41.7)	5 (13.9)	5 (13.9)	11 (30.6)
Pai				
Menina	4 (23.5)	2 (11.8)	2 (11.8)	9 (52.9)
Menino	13 (46.4)	4 (14.3)	4 (14.3)	7 (25.0)
Combinados				
Menina	4 (25.0)	1 (6.3)	1 (6.3)	10 (62.5)
Menino	15 (53.6)	4 (14.3)	1 (3.6)	8 (28.6)

Dados em n (%)

Como se vê, a maioria das meninas consideraram suas mães como negligentes 9 (42.9), enquanto que dos meninos a maioria as consideraram como autoritativas 15 (41.7). Em relação ao pai os escores apresentaram-se da mesma forma, ou seja, as meninas avaliaram seus pais na maioria como negligentes 9 (52.9) e os meninos, na maioria 13 (46.4), consideraram- nos mais autoritativos.

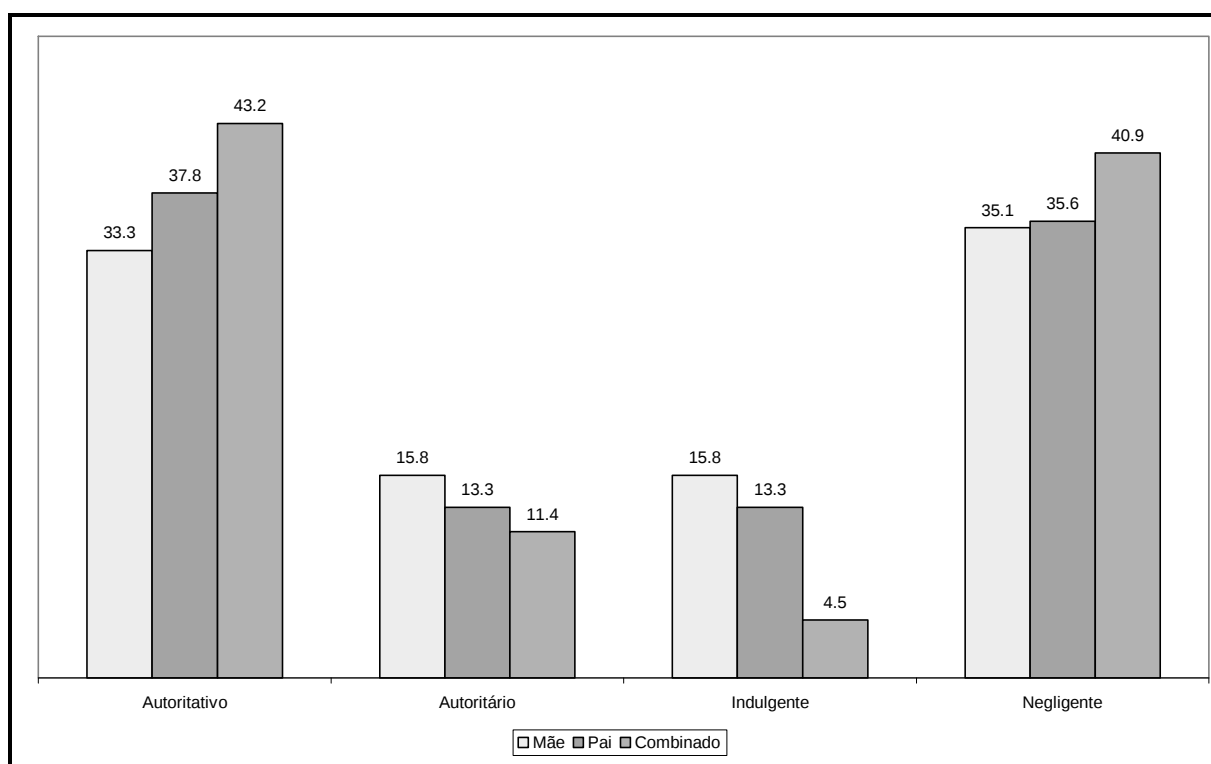
Os resultados combinados para pai e mãe demonstraram que os casais são percebidos pelos adolescentes de acordo com o gênero, diferentemente, sendo que das meninas respondentes ($n=16$), 10(62.5%) classificaram seus pais (combinados) como negligentes e, entre os meninos respondentes ($n=28$), 15(53.6%) os classificaram como autoritativos.

Não se verificou significância estatística entre os gêneros (meninos e meninas) quanto aos quatro estilos parentais ($\chi^2=5,529$; $gl=3$; $p=0.137$). Contudo, fazendo a mesma análise, considerando agora apenas os participantes que classificaram seus pais como autoritativos e

negligentes (por serem dois extremos e também por serem os estilos que ocorreram com maior frequência), foi possível verificar diferença estatística $p=0,045$ (teste exato de Fisher).

A Figura 1, a seguir, apresenta as porcentagens dos estilos parentais maternos, paternos e combinados.

Figura 1 - Porcentagem dos estilos parentais para mães, pais e dos dois combinados, Assis (n = 62), 2008.



Os valores encontrados evidenciam que grande número dos jovens $n=44$, 19(43.2%) percebe seus pais como autoritativos, isto é, com altos níveis de exigência e de responsividade, seguidos pelos 18(40.9%) que consideraram como negligentes, 5(11.4%) autoritários e 2(4.5%) indulgentes (WEBER; BRANDENBURG; VIEZZER, 2003; REICHERT; WAGNER, 2007).

Tais estudos sobre os estilos parentais apontam que, no estilo parental autoritativo, os pais estabelecem conduta, valorizam o respeito às regras e reconhecem as qualidades, as competências e demonstram interesse na vida dos filhos e sugere estar relacionado de forma positiva à competência social, autoestima, autoconfiança, desempenho acadêmico, otimismo, menores níveis de ansiedade, depressão, stress, e ainda são menos

propensos a comportamentos anti-sociais, delinquência e drogas (BAUMRIND, 1966, 1971; STEINBERG 2001; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2002; WEBER; BRANDENBURG; VIEZZER, 2003; WEBER; STASIACK; BRANDENBURG, 2003; TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004; HUTZ; BARDAGI, 2006).

No caso específico desta pesquisa, parece que os adolescentes estão avaliando seus pais de maneira mais positiva, em relação à educação do que eles (pais) mesmos acreditam. Entretanto, nota-se diferença mínima entre o estilo autoritativo e o negligente, o que significa que grande número de adolescentes avaliou seus pais com baixa exigência e baixa responsividade, situação esta que se torna relevante, pois filhos criados neste estilo, geralmente apresentam os piores índices de ajustamento entre os quatro outros estilos, menores índices de competência social e cognitiva, maior nível de ansiedade e depressão e maiores índices de problemas de comportamento (HUTZ; BARDAGI, 2006).

Nesta perspectiva pode-se dizer que

Um aspecto de grande importância está no fato de não só saber o que fazer para educar bem, como também saber se o que está sendo feito é interpretado pela criança como se espera. Pode ocorrer no relacionamento pais-filhos uma certa incompatibilidade de percepções e pensamentos, ou seja, a visão que o filho tem sobre os comportamentos dos pais é diferente da visão que os pais têm deles próprios. Pode-se dizer que esta havendo uma incompatibilidade de percepções e pensamentos, ou seja, a visão que o filho tem sobre os comportamentos dos pais é diferente da visão que os pais têm deles próprios (WEBER et al., 2004, p. 330).

Steinberg (2001) salienta que não conhece nenhum estudo que indique que os adolescentes criados em outros estilos saiam-se melhores em suas habilidades do que os filhos de pais com estilo parental autoritativo, independente de sua origem racial, social ou mesmo do estado marital de seus pais. Sendo assim, os pais precisam ser firmes em relação à certa autoridade, ou seja, ao nível de exigência e ao mesmo tempo responsivos, respeitando e entendendo os direitos dos filhos.

Um ponto a ser também destacado, é a importância dos pais serem referências positivas para os seus filhos, pois conforme a pesquisa de Weber et al (2006) constatou-se que apesar das influências científicas e das mudanças no contexto social, a transmissão intergeracional de estilos parentais aparece com alto índice percentual.

Os estudos de Calligaris (1992), La Taille (1998, 2002a, 2002b), Postman (2000), Oliveira (2007) e Zamberlan (2003, 2008) enfatizam também a responsabilidade dos adultos

ou figuras de referências nas relações parentais, nas quais os filhos parecem se espelhar nas atitudes e comportamentos dos pais. Lima (2006) relata em sua pesquisa que os adolescentes reproduziram em suas falas o desejo de que sua família futura fosse igual às famílias de origem, mesmo ressaltando os conflitos vivenciados tanto com os irmãos como com os pais, nessa fase. Sendo assim, Steinberg (2001) complementa dizendo que a competência do adolescente é influenciada pelos pais e não ao contrário.

Em resumo, pode-se dizer que os principais resultados deste trabalho indicaram uma divergência em relação aos estilos parentais quando se considera o gênero dos adolescentes participantes, o que significa que novos estudos devem ser conduzidos a fim de verificar esta tendência em populações com estas características específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é considerada, independente das transformações, dos seus arranjos, configurações e laços consangüíneos, como uma estrutura essencial à humanização e à socialização das crianças e adolescentes e ainda, como norteadora do desenvolvimento da personalidade e de suas potencialidades. Os pais são considerados como agentes essenciais para a socialização e desenvolvimento dos filhos, favorecendo o diálogo e flexibilizando as relações de regras e limites na interação familiar, principalmente em relação aos adolescentes. A educação de filhos adolescentes supõe uma série de negociações, responsabilidades e também de dúvidas dos pais, que se sentem inseguros e muitas vezes indecisos em relação à maneira de exercer seus papéis como figura de continência e referência de limites.

Este estudo possibilitou identificar os estilos parentais de adolescentes participantes de Programas Sociais do município de Assis-SP. Estudos com essa população não têm sido encontrados, pois se trata de um grupo com características peculiares em relação à vulnerabilidade social e territorial, uma vez que os adolescentes são provenientes de bairros periféricos da cidade, considerados pelo IPVS como territórios críticos e também os mesmos estão inseridos em Programa Social por encaminhamentos, principalmente, do Conselho Tutelar, Fórum, escolas e departamentos de saúde.

Como foi discutido no decorrer do presente estudo, as relações entre pais e filhos perpassam por vários questionamentos na família, na escola e na sociedade como um todo, a fim de tentarem encontrar algumas explicações para as mudanças que estão ocorrendo no modo de educar crianças e adolescentes, pois essas transformações pelas quais as famílias estão passando têm levado a um crescente questionamento sobre o papel dos pais na educação dos seus filhos.

Assim, os estudos sobre os estilos parentais no contexto familiar do adolescente, permitiram analisar de que maneira os pais estão interagindo com os filhos em relação à educação, os quais, de acordo com as pesquisas mencionadas, confirmam a importância e principalmente a influência dos mesmos no desenvolvimento dos adolescentes.

Encontrou-se neste estudo que as famílias são numerosas, principalmente as dos meninos que mostraram maior diversidade nos vínculos parentais e, ainda, que a maioria dos membros trabalha. Pode-se observar também que os pais estão exercendo maior exigência e responsividade em relação aos meninos. Dados estes, que se apresentaram divergentes, em virtude talvez das características da população estudada, tal como já apontado. Portanto,

sugere-se a realização de novos estudos com amostras similares, no sentido de aprofundar as investigações sobre a problemática e possibilitar novas discussões sobre o assunto.

Nesta pesquisa destacou-se a importância do papel dos pais na educação dos filhos e da transmissão de valores por meio dos estilos parentais, que envolvem boa comunicação familiar, práticas educativas positivas, participação na rotina dos filhos, enfim atitudes que possam promover o desenvolvimento físico e emocional de maneira saudável. É importante que as famílias promovam um ambiente saudável, no qual diante de fatores estressores, possam funcionar como protetoras, encontrando recursos que auxiliem seus membros a enfrentarem situações de vulnerabilidade, tornando-os mais fortes frente às adversidades, ou seja, ajudá-los a serem resilientes para enfrentar as transições e as dificuldades do cotidiano.

Apesar das dificuldades manifestadas pelos pais, motivadoras para a realização deste estudo, os resultados obtidos em relação aos estilos parentais, a partir da percepção dos adolescentes, apontaram que os mesmos estão, na maioria, considerando seus pais como autoritativos e negligentes e ainda que a mãe foi identificada pelos adolescentes como uma figura mais próxima dos filhos na educação, mesmo trabalhando fora para contribuir e até mesmo garantir o sustento familiar. Esta informação está em consonância com a prática, pois na maioria das vezes são elas que comparecem às reuniões ou mesmo para obter informações sobre o comportamento de seus filhos nos Programas Sociais. No entanto, as mesmas apresentam dificuldades para lidar com a educação dos adolescentes, manifestando insegurança no modo de agir.

Uma questão discutida também, se referiu à importância do papel do adulto, que parece não se constituir como figura de referência para os filhos, dificuldade essa manifestada quanto à função de educador para esses jovens, que como demonstraram nossos resultados, um número significativo de pais apareceu como negligentes.

Assim, sugere-se a criação de oportunidades que propiciem diálogos que fortaleçam o vínculo parental, no sentido de informar aos pais sobre o desenvolvimento e as mudanças na fase da adolescência e, ainda, salientar a importância dos papéis parentais na educação dos filhos adolescentes, além de criar espaços e ações que possibilitem uma aproximação entre a percepção e interpretação dos adolescentes em relação aos seus pais e vice versa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ACKERMAN, N. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Tradução Maria Cristina Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWNDZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARAÚJO, G. B. **Limites na educação infantil: as representações sociais de pais e professores**. 2007. 84 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11249>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Projetos sociais**. Documentos internos da Secretaria. Assis, 2008. (digitalizado)

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative control on child behavior. **Child Development**, v. 37, p. 887-907, 1966.

_____. Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. **Genetic Psychology Monographs**, v. 75, n. 1, p. 43-88, 1967.

_____. Current patterns of parental authority. **Developmental Psychology**, Monograph, n. 4, p. 1-103, 1971.

BAUMRIND, D. **Effective parenting during the early adolescent transition**. In P. A. Cowan, & M. Hetherington (Orgs), *Family Transitions* (p 111-163). New Jersey, EUA: Laurence Earlbaum Associates Publication, 1991.

BETTELHEIM, B. **Uma vida para seu filho**. São Paulo: Circulo do livro S. A., 1987.

BRASIL. **Lei nº. 8069, de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: educação especial, um direito assegurado**. Livro 1. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: MDS/SEDH, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e-documentos/copia-de-pncfc-28-12-06-documento-oficial.pdf/view>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BUCHALLA, A. P. A nova adolescência. **Veja**, São Paulo, v. 42, n. 7, p. 84-93, 18 fev. 2009.

CALLIGARIS, C. **Hello Brasil!** Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARVALHO, M. C. N.; GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 263-275, set. 2005.

CECCONELLO, A. M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. 2003. 320 p. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CIA, F.; PEREIRA, C. de S.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e o relacionamento entre pais e filhos. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 73-81, jan./abr. 2006.

COSTA, F. T.; TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 465-473, 2000.

DARLING, N.; STEINBERG, L. Parenting style as context: An integrative model. **Psychological Bulletin**, v. 113, p. 487-493, 1993.

DOLTO, F. **Os caminhos da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ELKIND, D. A. **Sem tempo para ser criança**. A infância estressada. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ELLIS, E. M. **Educando filhos responsáveis**. São Paulo: Ática, 1997.

ERIKSON, E. H. **Identidade juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERES-CARNEIRO, T.; NEGREIROS, T. C. de G. M. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004.

FRANARIN, T. da C.; FURTADO, N. R. Séries iniciais: os outros chegaram. In: FURTADO, N. R. (Org.). **Limites entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 39-46.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e da adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2007.

FURTADO, N. R. **Como dizer não**. In: _____. (Org.). **Limites entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 152-159.

_____. (Org.). **Limites entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOLDANI, A. M. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação**. Cadernos Pagu, n. 1 (67-110), 1993.

GOMIDE, P. I. C. **Inventário de estilos parentais**. Modelo teórico: Manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis: Vozes, 2006

HUTZ, C. S.; BARDAGI, M. P. Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais. **PSICOUSE**, v. 11, n. 1, p. 65-73, jun. 2006.

LA TAILLE, Y. A educação moral: Kant e Piaget. In: MACEDO, L. (Org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. (Coleção Psicologia da Educação).

_____. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. p. 9-23.

_____. **Limites**: três dimensões educacionais. 2, ed. São Paulo: Ática, 1998

_____. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

_____. Uma interpretação psicológica dos “limites” do domínio moral: os sentidos da restrição e da superação. **Educar**, Curitiba, n.19, p. 23-37, 2002 b.

LAMBORN, S. D.; MOUNTS, N. S.; STEINBERG, L.; DORNBUSCH, S. M. Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. **Child Development**, v. 62, p. 1049-1065, 1991.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração**. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, L. V. B. E. **A família na perspectiva de adolescentes das camadas médias de Belo Horizonte**. 2006. 42 p. Monografia (Graduação em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MACCOBY, E. E.; MARTIN, J. A. **Socialization in the context of the family**: Parent- child interaction. New York: Wiley, 1983.

MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWISKI, I.; BERTHOUD, C. M. E. Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: uma perspectiva dos pais. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 38-52, ago. 2006.

MARCÍLIO, M. **História social da criança abandonada no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONDIN, E. M. C. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais da criança. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.). **Interações familiares - teoria, pesquisa e subsídios à intervenção**. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008. p. 59-79.

OLIVEIRA, A. C. F. **A delicada relação entre pais e filhos**. 2007. Disponível em: <www.psicologia.com.pt/artigo>. Acesso em: 13 nov. 2007.

PACHECO, J. T.B.; SILVEIRA, L. M. de O. B.; SCHNEIDER, A. M. de A. **Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes**. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v.39, n.1, p 66-73, jan/mar. 2008.

PEREIRA, P. A. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 103-114, 1995.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

_____. **O juízo moral na criança**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

PREDEBON, J. C. F.; WAGNER, A. Problemas de Comportamento na Adolescência: configuração familiar e aspectos sociodemográficos. **Revista Práxis**, v. 2, p. 1-11, 2005.

REICHERT, C. B.; WAGNER, A. Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. **Psico-USF**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 292-299, set./dez. 2007.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil**. Revisitando a história (1822-2000). Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: Universitária, 2000.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Município de Assis**. 2000. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/assis.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

SILVA, N. P. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com técnica de jogo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

STEINBERG, L. We know some things: parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. **Journal of Research on Adolescence**, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2001.

TEIXEIRA, M. A. P.; BARDAGI, M. P.; GOMES, W. B. Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. **Aval. Psicol.**, v. 3, n. 1, p. 1-12, jun. 2004.

TEIXEIRA, M. A. P.; OLIVEIRA, A. M.; WOTTRICH, S.H. Escala de práticas parentais (EEP): avaliando dimensões de práticas parentais em relação a adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, p. 433-441, 2006.

VALENTE, M. L. L. C.; WAIDEMAN, M. C. (Org.). **E a família, como vai?** Assis: FCL-Assis/ Publicações, 2005.

WAGNER, A.; FALKE, D.; SILVEIRA, L. M. B. de O.; MOSMANN, C. P. A comunicação em famílias com filhos adolescentes. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 75-80, jan./ jun. 2002.

WAGNER, A.; PREDEBON, J. C. F.; MOSMANN, C. P.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pais e mães na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, maio/ago. 2005.

WEBER, L. N. D.; BISCAIA, P.; PAIVEI, C. A.; GALVÃO, A. A Relação entre o estilo parental e o stress infantil. In: ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA, 10. Curitiba ago. 2002. **Resumos do X Encontro Paranaense de Psicologia**, Curitiba: CRP, 2002.

WEBER, L. N. D.; BRANDENBURG, O. J.; VIEZZER, A.P. A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. **Psico-USF**, v. 8, n. 1, p. 71-79, 2003.

WEBER, L. N. D.; PRADO, P. M.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 4, p. 323-332, 2004.

WEBER, L. N. D.; SELIG, G. A.; BERNARDI, M. G.; SALVADOR, A. P. Continuidade dos estilos parentais através das gerações- transmissão intergeracional dos estilos parentais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, p. 407-414, 2006.

WEBER, L. N. D.; STASIACK, G. R.; BRANDENBURG, O. J. Percepção da interação familiar e auto-estima de adolescentes. **Aletheia**, n. 17/18, p. 95-105, 2003.

WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. Relacionamento entre pais e filhos: entre tapas e beijos. **Jornal Voz do Paraná**, Curitiba, 11 set. 2002, p. 6-7.

ZAGURY, T. **Limites sem trauma**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.). **Psicologia e prevenção**. Modelos de intervenção na infância e adolescência. Londrina: EDUEL, 2003.

_____. (Org.). **Interações familiares-teoria, pesquisa e subsídios à intervenção**. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008.

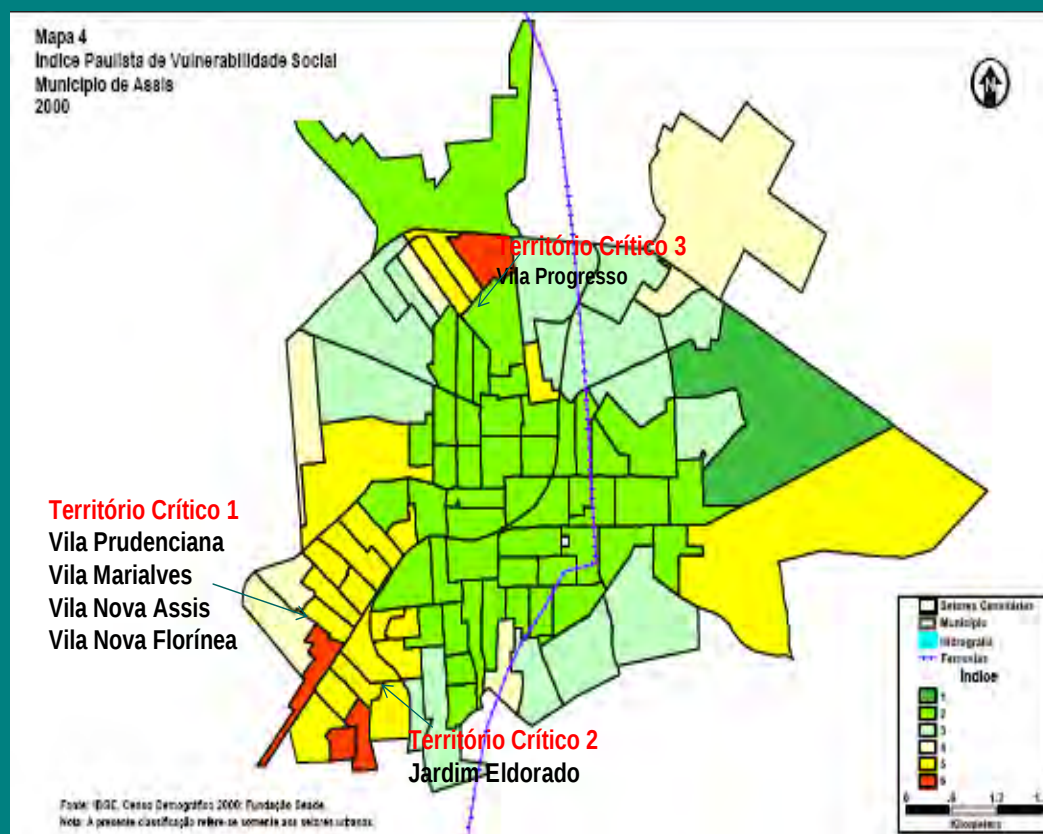
ZAMBERLAN, M. A.T.; BIASOLI- ALVES, Z. M. M. Interações familiares: A perspectiva Ecológico-Relacional. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Org) **Interações familiares** - teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008. p. 1-22.

ZIMERMAN, D. Psicanálise. In FURTADO, N. R. (Org.). **Limites entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 115-122.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DE VULNERABILIDADE

Assis



ANEXO B – POLÍTICAS PÚBLICAS

Breve retrospectiva relacionada às políticas públicas

Segundo Rizzini (2000), as políticas públicas de assistência à infância e adolescência, foram iniciadas, provavelmente em 1693, a partir do relato de um episódio sobre uma autoridade pública, na Capitania do Rio de Janeiro, que movida pela indignação ao encontrar crianças nas ruas, devoradas por cachorros e ratos escreveu uma carta a Portugal solicitando um alvará para a criação de instituições de acolhimento de tais crianças, denominadas de “casas para expostos”. Com base neste registro, podemos afirmar que a assistência social, enquanto ação do Estado e, portanto, iniciativa pública, iniciou-se no final do século XVII.

Nessa época, a questão da criança e do adolescente abandonados ganha visibilidade, ou seja, torna-se um problema social. Associa-se, também, a questão do abandono e da pobreza ao problema da criminalidade, sendo considerado pelo Estado uma ameaça à ordem social. Criam-se, então, práticas de segurança e de controle sociais associadas às de assistência.

O início do século XX, segundo Marcílio (1998), tinha a filantropia como modelo assistencial, fundamentada na ciência para substituir o modelo de caridade. Ela se propunha a organizar a assistência dentro de novas exigências sociais.

Com a *Declaração Universal dos Direitos da Criança* (promulgada pelas Organizações das Nações Unidas em 1959), segundo esta autora, a criança e o adolescente passaram a ser considerados sujeitos de direito. Com este enfoque e com a atuação de organizações não governamentais começaram a se delinear as diretrizes que levaram à construção e à promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA*.

O referido Estatuto (Lei nº. 8.069/1990), promulgado no Brasil em 13 de julho de 1990, em conformidade com a Convenção Internacional de Direitos da Criança e com o artigo 227 da Constituição Federal, substituiu o código de menores e apresentou uma nova concepção de infância na qual todas as crianças e adolescentes passam a ser concebidos como cidadãos, portanto, sujeitos de direitos, além de deveres, e em situação peculiar de desenvolvimento.

Apesar disso, os dados disponíveis sobre a situação das crianças e dos adolescentes brasileiros mostram ainda uma verdadeira apartação entre as conquistas e as eficácias das políticas públicas para efetivar e assegurar os direitos e a proteção integral como preconiza o ECA. Por exemplo, no seu artigo 7º, diz o seguinte:

“A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. (Brasil, 1990, p.35).

Além de definir como devem ser as relações da sociedade com as crianças e com os adolescentes, o ECA apresenta também mecanismos que possibilitam aos municípios à realização de trabalhos que efetivamente priorizem as ações propostas, como a criação de programas com a finalidade de possibilitar a inclusão social.

Tendo como parâmetro esse marco conceitual e legal de política pública, se inicia o processo de reordenamento institucional na perspectiva de mudanças de situação da infância no Brasil, sobretudo com a implantação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Setoriais de políticas públicas.

Com isso, a partir de então, vários programas são criados em âmbito municipal e por organizações não governamentais. Eles se justificam pela existência de um contingente expressivo de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco pessoal e social. Entende-se que, para o ECA, criança em risco pessoal e social é aquela que apresenta os seguintes aspectos: vive em condições indignas; é criada em situação de negligência e abandono; pode sofrer maus tratos e abusos sexuais; perambula pelas ruas durante o dia ou de madrugada, mendigando, usando drogas e/ou se prostituindo; filho de pais traficantes e usuários de drogas que o obriga “a fazer mula” (transporte de drogas); foi excluído, por motivos diversos, da escola e dos vários projetos existentes na comunidade; pratica furtos, isto é, entra em conflito com a Lei. Enfim, é a criança e/ou adolescente que está em condições altamente vulneráveis, podendo se tornar vítima ou autor de atos anti-sociais, em outras palavras, perigosas para si e para a sociedade.

Quanto aos programas a serem desenvolvidos, segundo o referido *Estatuto*, no seu artigo 90, eles devem ser responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e pela execução de projetos de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes em regime de orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida, semi-liberdade e internação.

Políticas públicas destinadas à infância e adolescência em Assis-SP

O município de Assis, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, propôs como sua ação fundamental

práticas de enfrentamento à exclusão de parcelas da população, principalmente crianças e adolescentes que vivem em situação de risco pessoal e social.

Tal situação exigiu medidas emergenciais do poder público e da sociedade civil na área de Assistência Social, dentre elas, a criação de programas sociais onde estas crianças e adolescentes pudessem vivenciar atividades sócio-educativas que contribuíssem para sua inclusão social.

Cabe informar que neste município as crianças e adolescentes atendidos, na maioria das vezes, são encaminhados pelo Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Rede Pública de Educação e de Saúde, entre outras instituições. Os programas têm seu enfoque na prevenção e de acordo com os documentos internos da Secretaria Municipal de Assistência Social, são os seguintes:

- *abc* (aprender, brincar e crescer): tem como objetivo principal proteger, desenvolver e socializar os participantes, proporcionando ações intercomplementares que favoreçam seu desenvolvimento físico, intelectual e social. Atende diariamente 120 crianças de ambos os sexos, com idades entre sete e 12 anos de idade.

- *adolescer*: objetiva propor ações integradas à saúde, educação, esporte, lazer, cultura e educação para o trabalho, com ênfase no eixo escola/família/comunidade. Atende diariamente 100 adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses de idade.

- *broto verde*: Tem como objetivo criar condições para que os adolescentes se desenvolvam e se tornem agentes de transformação de sua realidade. Atende diariamente 60 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 16 anos. Neste programa os jovens recebem bolsa aprendizagem no valor de R\$50,00, numa parceria com a Organização não Governamental denominada Flora Vale.

- *ação jovem* : Programa do governo estadual, desenvolvido em parceria com o governo municipal, que transfere apoio financeiro temporário a jovens, como incentivo para que concluam o ensino básico e com isso, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho. Atende 200 jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 24 anos e recebem R\$ 60,00 mensais.

É importante esclarecer que as crianças e os adolescentes vinculados a estes Programas estão devidamente matriculados na rede pública de ensino, e participam das atividades propostas em horário diferente do da escola. De modo geral, salvo o *Programa Ação Jovem*, os demais oferecem atividades esportivas, recreativas, culturais, além de ensino

profissionalizante, atendimento médico, odontológico, psicológico e acompanhamento psicossocial às suas respectivas famílias.

Os participantes dos programas vivem em situação de risco pessoal e social. Logo, são várias as circunstâncias que colocam esses indivíduos em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, suas famílias. Dentre elas, a péssima distribuição de renda do país - “carro chefe” das desigualdades econômicas e sociais - a ausência do oferecimento de uma educação e de uma saúde de qualidade para a maioria da população, somada ao desemprego conjuntural e estrutural, contribuindo para que haja uma desenfreada produção em série de crianças e adolescentes sem referências de afeto, de ética, de moral e, portanto, sem perspectivas de exercerem sua cidadania.

ANEXO C – ESCALA DE EXIGÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Data de Nascimento ____/____/____ Idade: ____

Sexo: Fem. ☐ Masc. ☐

Responsáveis:

- | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| ☐ Mãe | ☐ Madrinha | ☐ Tio | ☐ Primo |
| ☐ Madrasta | ☐ Pai | ☐ Padrinho | ☐ Prima |
| ☐ Avó | ☐ Padrasto | ☐ Irmão | ☐ Sobrinho |
| ☐ Tia | ☐ Avô | ☐ Irmã | ☐ Sobrinha |

Escala de Exigência e Responsividade¹⁰

Abaixo há uma série de frases sobre atitudes de pais e mães. Para cada uma delas marque, à direita, a resposta que melhor se aproxima à sua opinião de acordo com a chave de respostas abaixo. Você pode usar os números 0, 1, 2, 3 e 4 dependendo da frequência ou intensidade com que ocorrem as situações descritas nas frases (quanto maior o número, mais freqüente ou intensa é a situação). Não esqueça que você pode usar os números intermediários (1, 2 e 3) para expressar níveis intermediários de frequência ou intensidade das situações, e não apenas as opções extremas representadas pelos números 0 e 4. Assinale apenas uma resposta por frase, e não deixe nenhum item sem resposta.

Chave de respostas: (quase nunca ou bem pouco) 0 — 1 — 2 — 3 — 4 (geralmente ou bastante)

<i>A respeito de seus pais considera as seguintes frases:</i>	<i>MÃE</i>	<i>PAI</i>
1. Sabe aonde vou quando saio de casa.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
2. Controla as minhas notas no colégio.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
3. Exige que eu vá bem na escola.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
4. Impõe limites para as minhas saídas de casa.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
5. Me cobra quando eu faço algo errado.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
6. Tem a última palavra quando discordamos sobre um assunto importante a meu respeito.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
7. Controla os horários de quando eu estou em casa e na rua.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
8. Faz valer as suas opiniões sem muita discussão.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
9. Exige que eu colabore nas tarefas de casa.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
10. Me cobra que eu seja organizado(a) com as minhas coisas.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
11. É firme quando me impõe alguma coisa.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
12. Me pune de algum modo se desobedeço uma orientação sua.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
13. Posso contar com a sua ajuda caso eu tenha algum tipo de problema.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
14. Me incentiva a que eu tenha minhas próprias opiniões sobre as coisas.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
15. Encontra um tempo para estar comigo e fazermos juntos algo agradável.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
16. Me explica os motivos quando me pede para eu fazer alguma coisa.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
17. Me encoraja para que eu melhore se não vou bem na escola.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
18. Me incentiva a dar o melhor de mim em qualquer coisa que eu faça.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
19. Se interessa em saber como eu ando me sentindo.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
20. Ouve o que eu tenho para dizer mesmo quando não concorda.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
21. Demonstra carinho para comigo.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
22. Me dá força quando eu enfrento alguma dificuldade ou decepção.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
23. Mostra interesse pelas coisas que eu faço.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
24. Está atenta(o) às minhas necessidades mesmo que eu não diga nada.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4

¹⁰ TEIXEIRA, M. P.; BARDAGI, M. P. e GOMES, W. B.. Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. Aval. Psicol. jun. 2004, vol.3, no.1, p.01-12. ISSN 1677-0471.

ANEXO D – CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Configuração Familiar Projeto Adolescer

Nome: _____

Série: _____ Ano: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Quantas pessoas moram na sua casa? _____

Quais?

☐ Mãe	☐ Pai	☐ Irmão	Quantos? _____
☐ Madrasta	☐ Padrasto	☐ Irmã	Quantas? _____
☐ Avó	☐ Avô	☐ Primo	Quantos? _____
☐ Tia	☐ Tio	☐ Prima	Quantas? _____
☐ Madrinha	☐ Padrinho	☐ Sobrinho(a)	Quantos? _____
☐ Outros(as)			
Qual(is) _____			

Quantas pessoas estão trabalhando? _____

Quais?

☐ Mãe	☐ Pai	☐ Irmão	Quantos? _____
☐ Madrasta	☐ Padrasto	☐ Irmã	Quantas? _____
☐ Avó	☐ Avô	☐ Primo	Quantos? _____
☐ Tia	☐ Tio	☐ Prima	Quantas? _____
☐ Madrinha	☐ Padrinho	☐ Sobrinho(a)	Quantos? _____
☐ Outros(as)			
Qual(is) _____			

ANEXO E - ANÁLISES ESTATÍSTICAS SPSS 15.0

Questões (Q) da escala de exigência e responsividade por gênero

FEMININO MÃE

Q1MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	4	18.2	18.2	18.2
3	5	22.7	22.7	40.9
4	13	59.1	59.1	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q2 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	22.7	22.7
1	4	18.2	18.2	40.9
2	3	13.6	13.6	54.5
3	4	18.2	18.2	72.7
4	6	27.3	27.3	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q3 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	1	4.5	4.5	4.5
2	3	13.6	13.6	18.2
3	7	31.8	31.8	50.0
4	11	50.0	50.0	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q4 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	1	4.5	4.5	4.5
2	2	9.1	9.1	13.6
3	7	31.8	31.8	45.5
4	12	54.5	54.5	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q5 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
2	1	4.5	4.5	13.6
3	4	18.2	18.2	31.8
4	15	68.2	68.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q6 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	4.5	4.5	4.5
2	2	9.1	9.1	13.6
3	7	31.8	31.8	45.5
4	12	54.5	54.5	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q7 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	13.6	13.6
1	2	9.1	9.1	22.7
2	3	13.6	13.6	36.4
3	8	36.4	36.4	72.7
4	6	27.3	27.3	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q8 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	4.5	4.5	4.5
1	3	13.6	13.6	18.2
2	5	22.7	22.7	40.9
3	5	22.7	22.7	63.6
4	8	36.4	36.4	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q9 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
2	2	9.1	9.1	18.2
3	1	4.5	4.5	22.7
4	17	77.3	77.3	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q10 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
3	2	9.1	9.1	18.2
4	18	81.8	81.8	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q11 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	4.5	4.5	4.5
1	3	13.6	13.6	18.2
2	2	9.1	9.1	27.3
3	7	31.8	31.8	59.1
4	9	40.9	40.9	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q12 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
1	3	13.6	13.6	22.7
2	2	9.1	9.1	31.8
3	7	31.8	31.8	63.6
4	8	36.4	36.4	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q13 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
2	1	4.5	4.5	13.6
3	3	13.6	13.6	27.3
4	16	72.7	72.7	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q14 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	13.6	13.6
1	2	9.1	9.1	22.7
2	1	4.5	4.5	27.3
3	8	36.4	36.4	63.6
4	8	36.4	36.4	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q15 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	22.7	22.7
1	1	4.5	4.5	27.3
2	4	18.2	18.2	45.5
3	7	31.8	31.8	77.3
4	5	22.7	22.7	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q16 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	4.5	4.5	4.5
1	1	4.5	4.5	9.1
2	6	27.3	27.3	36.4
3	4	18.2	18.2	54.5
4	10	45.5	45.5	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q17 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	4.5	4.5	4.5
1	1	4.5	4.5	9.1
2	5	22.7	22.7	31.8
3	3	13.6	13.6	45.5
4	12	54.5	54.5	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q18 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	1	4.5	4.5	4.5
3	1	4.5	4.5	9.1
4	20	90.9	90.9	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q19 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	18.2	18.2	18.2
1	2	9.1	9.1	27.3
2	4	18.2	18.2	45.5
3	2	9.1	9.1	54.5
4	10	45.5	45.5	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q20 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
1	2	9.1	9.1	18.2
2	5	22.7	22.7	40.9
3	2	9.1	9.1	50.0
4	11	50.0	50.0	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q21 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	13.6	13.6
1	1	4.5	4.5	18.2
2	4	18.2	18.2	36.4
3	1	4.5	4.5	40.9
4	13	59.1	59.1	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q22 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
1	2	9.1	9.1	18.2
3	7	31.8	31.8	50.0
4	11	50.0	50.0	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q23 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	3	13.6	13.6	13.6
2	1	4.5	4.5	18.2
3	5	22.7	22.7	40.9
4	13	59.1	59.1	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q24 MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	9.1	9.1	9.1
1	1	4.5	4.5	13.6
2	2	9.1	9.1	22.7
3	1	4.5	4.5	27.3
4	16	72.7	72.7	100.0
Total	22	100.0	100.0	

FEMININO PAI

Q1_PAÍ				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	16.7	16.7
1	4	18.2	22.2	38.9
2	5	22.7	27.8	66.7
3	4	18.2	22.2	88.9
4	2	9.1	11.1	100.0
Total	22	100.0		

Q2_PAÍ				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	9	40.9	50.0	50.0
1	1	4.5	5.6	55.6
2	3	13.6	16.7	72.2
3	2	9.1	11.1	83.3
4	3	13.6	16.7	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q3_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	18.2	22.2	22.2
1	2	9.1	11.1	33.3
2	4	18.2	22.2	55.6
3	4	18.2	22.2	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q4_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	3	13.6	16.7	16.7
1	3	13.6	16.7	33.3
2	4	18.2	22.2	55.6
3	3	13.6	16.7	72.2
4	5	22.7	27.8	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q5_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	16.7	16.7
1	1	4.5	5.6	22.2
2	3	13.6	16.7	38.9
3	3	13.6	16.7	55.6
4	8	36.4	44.4	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q6_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	16.7	16.7
1	4	18.2	22.2	38.9
2	2	9.1	11.1	50.0
3	5	22.7	27.8	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q7_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	3	13.6	16.7	44.4
2	4	18.2	22.2	66.7
3	1	4.5	5.6	72.2
4	5	22.7	27.8	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q8_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	4	18.2	22.2	50.0
2	4	18.2	22.2	72.2
3	1	4.5	5.6	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q9_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	16.7	16.7
1	3	13.6	16.7	33.3
2	3	13.6	16.7	50.0
3	1	4.5	5.6	55.6
4	8	36.4	44.4	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q10_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	6	27.3	33.3	33.3
1	2	9.1	11.1	44.4
2	4	18.2	22.2	66.7
3	1	4.5	5.6	72.2
4	5	22.7	27.8	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q11_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	16.7	16.7
1	5	22.7	27.8	44.4
2	4	18.2	22.2	66.7
3	2	9.1	11.1	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q12_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	2	9.1	11.1	38.9
2	4	18.2	22.2	61.1
3	3	13.6	16.7	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q13_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	4	18.2	22.2	50.0
2	3	13.6	16.7	66.7
3	1	4.5	5.6	72.2
4	5	22.7	27.8	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q14_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	2	9.1	11.1	38.9
2	7	31.8	38.9	77.8
3	1	4.5	5.6	83.3
4	3	13.6	16.7	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q15_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	8	36.4	44.4	44.4
1	1	4.5	5.6	50.0
2	3	13.6	16.7	66.7
3	1	4.5	5.6	72.2
4	5	22.7	27.8	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q16_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	18.2	22.2	22.2
1	2	9.1	11.1	33.3
2	3	13.6	16.7	50.0
3	5	22.7	27.8	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q17_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	2	9.1	11.1	38.9
2	3	13.6	16.7	55.6
3	1	4.5	5.6	61.1
4	7	31.8	38.9	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q18_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	13.6	16.7	16.7
1	1	4.5	5.6	22.2
3	5	22.7	27.8	50.0
4	9	40.9	50.0	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q19_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	7	31.8	38.9	38.9
1	3	13.6	16.7	55.6
2	2	9.1	11.1	66.7
3	3	13.6	16.7	83.3
4	3	13.6	16.7	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q20_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	7	31.8	38.9	38.9
2	6	27.3	33.3	72.2
3	3	13.6	16.7	88.9
4	2	9.1	11.1	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q21_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	1	4.5	5.6	33.3
2	1	4.5	5.6	38.9
3	5	22.7	27.8	66.7
4	6	27.3	33.3	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q22_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	18.2	22.2	22.2
1	2	9.1	11.1	33.3
2	3	13.6	16.7	50.0
3	3	13.6	16.7	66.7
4	6	27.3	33.3	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q23_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	22.7	27.8	27.8
1	1	4.5	5.6	33.3
2	3	13.6	16.7	50.0
3	5	22.7	27.8	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

Q24_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	6	27.3	33.3	33.3
1	2	9.1	11.1	44.4
2	2	9.1	11.1	55.6
3	4	18.2	22.2	77.8
4	4	18.2	22.2	100.0
Total	22	100.0	100.0	

MASCULINO MÃE

Q1_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	2	5.0	5.0	5.0
3	11	27.5	27.5	32.5
4	27	67.5	67.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q2_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	2	5.0	5.0	5.0
2	7	17.5	17.5	22.5
3	8	20.0	20.0	42.5
4	23	57.5	57.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q3_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	1	2.5	2.5	2.5
3	6	15.0	15.0	17.5
4	33	82.5	82.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q4_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	5.0	5.0	5.0
1	3	7.5	7.5	12.5
2	5	12.5	12.5	25.0
3	9	22.5	22.5	47.5
4	21	52.5	52.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q5_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	1	2.5	2.5	2.5
3	9	22.5	22.5	25.0
4	30	75.0	75.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q6_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	2.5	2.5	2.5
2	6	15.0	15.0	17.5
3	12	30.0	30.0	47.5
4	21	52.5	52.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q7_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	7.5	7.5
1	4	10.0	10.0	17.5
2	8	20.0	20.0	37.5
3	10	25.0	25.0	62.5
4	15	37.5	37.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q8_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	7.5	7.5
1	2	5.0	5.0	12.5
2	7	17.5	17.5	30.0
3	12	30.0	30.0	60.0
4	16	40.0	40.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q9_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	2.5	2.5	2.5
1	2	5.0	5.0	7.5
2	7	17.5	17.5	25.0
3	7	17.5	17.5	42.5
4	23	57.5	57.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q10_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	1	2.5	2.5	2.5
2	1	2.5	2.5	5.0
3	5	12.5	12.5	17.5
4	33	82.5	82.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q11_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	2.5	2.5	2.5
1	2	5.0	5.0	7.5
2	9	22.5	22.5	30.0
3	13	32.5	32.5	62.5
4	15	37.5	37.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q12_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	12.5	12.5	12.5
1	3	7.5	7.5	20.0
2	3	7.5	7.5	27.5
3	11	27.5	27.5	55.0
4	18	45.0	45.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q13_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	2	5.0	5.0	5.0
2	1	2.5	2.5	7.5
3	6	15.0	15.0	22.5
4	31	77.5	77.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q14_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	5.0	5.0	5.0
2	5	12.5	12.5	17.5
3	11	27.5	27.5	45.0
4	22	55.0	55.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q15_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	9	22.5	22.5	22.5
2	8	20.0	20.0	42.5
3	10	25.0	25.0	67.5
4	13	32.5	32.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q16_MÃE

Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	2.5	2.5	2.5
1	3	7.5	7.5	10.0
2	5	12.5	12.5	22.5
3	8	20.0	20.0	42.5
4	23	57.5	57.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q17_MÃE

Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	3	7.5	7.5	7.5
3	7	17.5	17.5	25.0
4	30	75.0	75.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q18_MÃE

Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	2	5.0	5.0	5.0
3	7	17.5	17.5	22.5
4	31	77.5	77.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q19_MÃE

Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	5.0	5.0	5.0
2	6	15.0	15.0	20.0
3	12	30.0	30.0	50.0
4	20	50.0	50.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q20_MÃE

Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	5.0	5.0	5.0
1	2	5.0	5.0	10.0
2	11	27.5	27.5	37.5
3	11	27.5	27.5	65.0
4	14	35.0	35.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q21_MÃE

Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
---------------	-----------	---------	---------------	--------------------

2	1	2.5	2.5	2.5
3	10	25.0	25.0	27.5
4	29	72.5	72.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q22_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	1	2.5	2.5	2.5
2	1	2.5	2.5	5.0
3	9	22.5	22.5	27.5
4	29	72.5	72.5	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q23_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	2.5	2.5	2.5
2	3	7.5	7.5	10.0
3	16	40.0	40.0	50.0
4	20	50.0	50.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

Q24_MÃE				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
2	3	7.5	7.5	7.5
3	11	27.5	27.5	35.0
4	26	65.0	65.0	100.0
Total	40	100.0	100.0	

MASCULINO PAI

Q1_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	9.7	9.7
1	5	12.5	16.1	25.8
2	4	10.0	12.9	38.7
3	7	17.5	22.6	61.3
4	12	30.0	38.7	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q2_PA1				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	6	15.0	19.4	19.4
1	6	15.0	19.4	38.7
2	9	22.5	29.0	67.7
3	5	12.5	16.1	83.9
4	5	12.5	16.1	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q3_PA1				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	9.7	9.7
1	2	5.0	6.5	16.1
2	2	5.0	6.5	22.6
3	4	10.0	12.9	35.5
4	20	50.0	64.5	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q4_PA1				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	10.0	12.9	12.9
1	6	15.0	19.4	32.3
2	4	10.0	12.9	45.2
3	6	15.0	19.4	64.5
4	11	27.5	35.5	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q5_PA1				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	1	2.5	3.2	3.2
1	2	5.0	6.5	9.7
2	3	7.5	9.7	19.4
3	5	12.5	16.1	35.5
4	20	50.0	64.5	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q6_PA1				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

0	2	5.0	6.5	6.5
1	2	5.0	6.5	12.9
2	4	10.0	12.9	25.8
3	10	25.0	32.3	58.1
4	13	32.5	41.9	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q7_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	6	15.0	19.4	19.4
1	2	5.0	6.5	25.8
2	3	7.5	9.7	35.5
3	9	22.5	29.0	64.5
4	11	27.5	35.5	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q8_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	9.7	9.7
1	4	10.0	12.9	22.6
2	7	17.5	22.6	45.2
3	5	12.5	16.1	61.3
4	12	30.0	38.7	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q9_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	9.7	9.7
1	4	10.0	12.9	22.6
2	7	17.5	22.6	45.2
3	4	10.0	12.9	58.1
4	13	32.5	41.9	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q10_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

0	3	7.5	9.7	9.7
1	4	10.0	12.9	22.6
2	6	15.0	19.4	41.9
3	6	15.0	19.4	61.3
4	12	30.0	38.7	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q11_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	10.0	12.9	12.9
1	3	7.5	9.7	22.6
2	6	15.0	19.4	41.9
3	8	20.0	25.8	67.7
4	10	25.0	32.3	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q12_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	6	15.0	19.4	19.4
1	1	2.5	3.2	22.6
2	3	7.5	9.7	32.3
3	9	22.5	29.0	61.3
4	12	30.0	38.7	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q13_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	12.5	16.1	16.1
1	1	2.5	3.2	19.4
2	3	7.5	9.7	29.0
3	4	10.0	12.9	41.9
4	18	45.0	58.1	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q14_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

0	3	7.5	9.7	9.7
2	11	27.5	35.5	45.2
3	7	17.5	22.6	67.7
4	10	25.0	32.3	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q15_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	9	22.5	29.0	29.0
1	4	10.0	12.9	41.9
2	7	17.5	22.6	64.5
3	4	10.0	12.9	77.4
4	7	17.5	22.6	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q16_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	10.0	12.9	12.9
1	3	7.5	9.7	22.6
2	4	10.0	12.9	35.5
3	9	22.5	29.0	64.5
4	11	27.5	35.5	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q17_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	9.7	9.7
1	1	2.5	3.2	12.9
2	7	17.5	22.6	35.5
3	4	10.0	12.9	48.4
4	16	40.0	51.6	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q18_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	5.0	6.5	6.5

1	4	10.0	12.9	19.4
2	4	10.0	12.9	32.3
3	6	15.0	19.4	51.6
4	15	37.5	48.4	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q19_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	7	17.5	22.6	22.6
1	4	10.0	12.9	35.5
2	8	20.0	25.8	61.3
3	6	15.0	19.4	80.6
4	6	15.0	19.4	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q20_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	5	12.5	16.1	16.1
1	2	5.0	6.5	22.6
2	9	22.5	29.0	51.6
3	9	22.5	29.0	80.6
4	6	15.0	19.4	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q21_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	3	7.5	9.7	9.7
1	5	12.5	16.1	25.8
2	6	15.0	19.4	45.2
3	5	12.5	16.1	61.3
4	12	30.0	38.7	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q22_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	2	5.0	6.5	6.5

1	3	7.5	9.7	16.1
2	5	12.5	16.1	32.3
3	11	27.5	35.5	67.7
4	10	25.0	32.3	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q23_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	4	10.0	12.9	12.9
2	7	17.5	22.6	35.5
3	10	25.0	32.3	67.7
4	10	25.0	32.3	100.0
Total	31	77.5	100.0	

Q24_PAI				
Classificação	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
0	7	17.5	22.6	22.6
1	1	2.5	3.2	25.8
2	4	10.0	12.9	38.7
3	10	25.0	32.3	71.0
4	9	22.5	29.0	100.0
Total	31	77.5	100.0	

ANEXO F - PARECER - COMITÊ DE ÉTICA



Hospital Regional de Assis
Governo do Estado de São Paulo
Faculdade de Medicina de Marília
Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
Aprovado pela CONEP/MS em 09/11/2004 - RN 25000.165648/2004-93
Renovado em 13/12/2007
Praça Dr. Simphrônio Alves dos Santos s/nº. 19810-000 - Assis - SP
Tel.: (18) 3302-6000 R. 6079 E-mail: etica@hra.famema.br

Parecer nº 157/2008

Assis, 14 de agosto de 2008.

Ilustríssima
Claudia Maria Rinhel Silva

Com referência ao Projeto de Pesquisa sob título: **"Limite e estilos parentais no contexto familiar sob a perspectiva do adolescente"** de vossa autoria sob orientação de Elizabeth Piemonte Constantino, recebeu **PARECER FAVORÁVEL** por este CEP, portanto, a coleta de dados poderá ser iniciada conforme previsto no cronograma.

Ressaltamos sobre a obrigatoriedade do pesquisador em entregar relatório final ao Comitê quando do término da referida pesquisa.

Sendo só para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração

Teresa Cristina Prochet
Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
Hospital Regional de Assis